

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

REGINALDO MUNIZ SOARES

OS PARQUES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO MARANHÃO: uma análise sobre o Parque Empresarial de Timon

São Luís

2023

REGINALDO MUNIZ SOARES

**OS PARQUES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO MARANHÃO: uma análise sobre o Parque Empresarial de Timon.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Soares, Reginaldo Muniz.

OS PARQUES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MARANHÃO: uma análise sobre o Parque Empresarial de Timon / Reginaldo Muniz Soares. - 2023.
68 f.

Orientador(a): José Lúcio Alves Silveira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Aglomerados. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Maranhão. 4. Parques Empresariais. I. Silveira, José Lúcio Alves. II. Título.

REGINALDO MUNIZ SOARES

**OS PARQUES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO MARANHÃO: uma análise sobre o Parque Empresarial de Timon.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico
Orientador: Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira

Dissertação aprovada em: 21/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira
(Orientador) PPGDSE/UFMA

Prof. Dr. Alessandro Sousa Brito
(Examinador interno) PPGDSE/UFMA

Prof.^a Dr.^a Lucy Rosana Silva
(Examinador externo) DECON/UFMA

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

AGRADECIMENTOS

À Deus.

Aos meus pais Antônio de Jesus Soares (*In memoriam*) e Otacília Muniz Soares.

Ao corpo docente do PPGDSE, em especial aos professores Alexsandro Sousa Brito, Benjamin Alvino de Mesquita, Danielle de Queiroz Soares, Elizeu Serra de Araújo, José de Ribamar Sá Silva, Luís Eduardo Simões de Souza, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, Rodrigo Gustavo de Sousa, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Welbson do Vale Madeira.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira, pela paciência, profissionalismo e dedicação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

*“A perfeição não é alcançada quando já não há
mais nada para adicionar, mas quando já não há
mais nada que se possa retirar”*

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado possui como objetivo analisar os efeitos do Parque Empresarial de Timon para o desenvolvimento regional do Maranhão, com base na especialização produtiva das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon. Utilizou-se como recorte espacial o Parque Empresarial de Timon, e como recorte temporal o período de 2010 a 2020. A pesquisa realizada se caracteriza como uma pesquisa descritiva de cunho qualitativa e quantitativa, com coleta de dados realizadas a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A análise realizada teve como suporte teórico as teorias do desenvolvimento regional (Perroux, 1955; Myrdal, 1957; Hirschman, 1958) e dos aglomerados de empresas (Marshall, 1890; Becattini, 1990). Fez-se uso da metodologia do Quociente Locacional (QL), tomando como base a Região Geográfica Imediata (RGI) de Timon, a partir de dados da RAIS (2020). Em relação à especialização produtiva, a análise apontou que 80% das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon pertencem a subclasses na qual a RGI de Timon é especializada. Constatou-se que a limitada presença de empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon (4%) limita os efeitos do parque em relação ao desenvolvimento regional, sobretudo no que se refere a geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Aglomerados. Parques Empresariais. Maranhão.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to analyze the effects of the Parque Empresarial de Timon on the regional development of Maranhão, based on the productive specialization of the subclasses of companies located in the Parque Empresarial de Timon. The spatial scope of the study is the Parque Empresarial de Timon, and the temporal scope is the period from 2010 to 2020. The research conducted is characterized as a descriptive study with both qualitative and quantitative aspects, utilizing data collected through bibliographic and documentary research. The theoretical framework supporting the analysis draws upon regional development theories (Perroux, 1955; Myrdal, 1957; Hirschman, 1958) and business clusters theories (Marshall, 1890; Becattini, 1990). The Quociente Locational (QL) methodology was employed, using the Immediate Geographic Region (RGI) of Timon as the basis, derived from the RAIS (2020) data. Regarding productive specialization, the analysis indicated that 80% of the companies established in the Parque Empresarial de Timon belong to subclasses in which the RGI of Timon demonstrates expertise. It was observed that the limited presence of companies in the Parque Empresarial de Timon (4%) restricts the park's impact on regional development, particularly concerning job creation and income generation.

Keywords: Regional Development. Cluster of companies. Business Parks. Maranhão.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Aglomerados no Maranhão por Região Geográfica Intermediária.....	37
Tabela 2. Caracterização dos APLs do Maranhão.....	38
Tabela 3. Resumo do porte das empresas instaladas, em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (2022).....	48
Tabela 4. Indicadores de especialização das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon.....	54
Tabela 5. Classificação das empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (CNAE 2.0 – Seção).....	57
Tabela 6. Indicadores de especialização das empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon.....	58
Tabela 7. Quantidade de municípios maranhenses e de vínculos empregatícios das subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon que apresentaram localização fraca.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Definição dos aglomerados de empresas.....	30
Quadro 2. Proposta de implantação dos Parques Empresariais (MA).....	40
Quadro 3. Legislação fiscal incidente sobre as empresas do Parque Empresarial de Timon.....	45
Quadro 4. Empresas instaladas, em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (2022).....	47
Quadro 5. Interpretação dos indicadores utilizados.....	51
Quadro 6. Descrição do padrão de análise do Quociente Locacional (QL).....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Abertura e fechamento de empresas no Maranhão (2010/2020)	34
Figura 2. Dados acumulativos das empresas abertas e fechadas no Maranhão (2010-2020).....	35
Figura 3. Distribuição espacial dos aglomerados no Maranhão.....	36
Figura 4. Distribuição espacial da proposta de implantação dos Parques Empresariais (MA)...	41
Figura 5. Classificação das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon (CNAE 2.0 – Seção)	48
Figura 6. Ocupação das empresas no Parque Empresarial de Timon.....	49
Figura 7. Evolução dos vínculos das subclasses que no Parque Empresarial de Timon apresentaram localização significativa e dos vínculos totais da RGI de Timon (2010- 2020).....	54
Figura 8. Evolução dos vínculos das subclasses que no Parque Empresarial de Timon apresentaram localização significativa e dos vínculos das mesmas subclasses no Maranhão (2010-2020).....	56
Figura 9. Comparação da evolução dos vínculos das subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon e que apresentaram localização significativa e localização média (2010-2020).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL - Arranjos Produtivos Locais

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI/MA - Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CONCLA - Comissão Nacional de Classificação

CONDEP - Conselho Deliberativo do Programa Mais Empresas

DISAL - Distrito Industrial de São Luís

DOE - Diário Oficial do Estado

DOM - Diário Oficial do Município

EPP - Empresa de Pequeno Porte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ISS - Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

JUCEMA - Junta Comercial do Maranhão

QL – Quociente Locacional

ME - Microempresa

MEI - Microempreendedor Individual

NE-APL/MA - Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais do Maranhão

PIB - Produto Interno Bruto

PPA - Plano Plurianual

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RGI - Região Geográfica Imediata

RMGSL - Região Metropolitana da Grande São Luís

SEINC - Secretaria de Estado de Indústria e Comércio

TLF - Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e Fiscalização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17
1.1 Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração.....	17
1.1.1 A teoria dos polos de crescimento de Perroux.....	18
1.1.2 A teoria da causação circular e cumulativa de Myrdal	20
1.1.3 Hirschman e os “efeitos para trás” e “para frente”	21
2 AGLOMERADOS DE EMPRESAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25
2.1 Contextualização teórica dos aglomerados de empresas.....	25
2.2 Aglomerados de empresas e desenvolvimento regional.....	28
2.3 Caracterização dos aglomerados de empresas.....	29
2.4 Parque Empresarial.....	31
3. EMPRESAS E AGLOMERADOS DE EMPRESAS NO MARANHÃO	34
3.1 Empresas no Maranhão.....	34
3.2 Aglomerados de empresas no Maranhão.....	36
3.3 Os Parques Empresariais no Maranhão.....	39
4. PARQUE EMPRESARIAL DE TIMON: CARACTERIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	44
4.1 Caracterização do Parque Empresarial de Timon.....	44
4.2 Metodologia de identificação da especialização produtiva.....	50
4.3 Indicadores de especialização das empresas do Parque Empresarial de Timon.....	53
4.3.1 Empresas instaladas.....	53
4.3.2 Empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Embora a discussão teórica sobre os aglomerados de empresas tenha como precursor Marshall (1890), somente após a revisão da teoria marshalliana realizada por Becattini (1990) tendo como foco os Distritos Industriais italianos, os aglomerados de empresas se expandiram por diversos países. Partindo do conceito dos Distritos Industriais, os aglomerados de empresas receberam outras nomenclaturas (Arranjos Produtivos Locais - APL, *Cluster*, Parques Empresariais). Dentre os aglomerados de empresas, os Parques Empresariais começaram a instalar no Brasil no final da década de 1990 (Finatti, 2009). Os Parques Empresariais representam uma concentração geográfica de empresas, induzidas pelo governo estadual e governos municipais, estruturados sob uma lógica de gestão condominial tendo como base a concessão de incentivos fiscais.

No Maranhão, os Parques Empresariais começaram a ser instalados no ano de 2014, com a inauguração dos Parques Empresariais de Caxias e Timon. Atualmente dois Parques Empresariais estão em funcionamento no Maranhão: Parque Empresarial de Timon e Parque Empresarial de Imperatriz (inaugurado em 2018). O Parque Empresarial de Timon localiza-se na zona urbana do município de Timon – MA, as margens da rodovia BR 316, possuindo 111 lotes destinados à instalação de empresas.

Esta dissertação enquadra-se no contexto de estudos de Economia Regional, propondo a analisar um tipo específico de aglomerado de empresas (Parque Empresarial). A Economia Regional preocupa-se com as razões da distribuição heterogênea das atividades econômicas no âmbito de um determinado espaço geográfico, abrangendo o estudo da localização espacial das atividades econômicas (Lima, 2006). Dentro da Economia Regional, esta dissertação possui como base as teorias do desenvolvimento regional e dos aglomerados de empresas, possuindo como foco uma análise da especialização produtiva do Parque Empresarial de Timon - MA.

Justifica-se esta pesquisa em virtude da importância de compreender os efeitos dos aglomerados de empresas no contexto do desenvolvimento regional, levando em consideração que em virtude da recente instalação dos Parques Empresariais no Maranhão, ainda existem poucas pesquisas voltadas para este tipo de aglomerados de empresas no Maranhão. Neste sentido, esta pesquisa se propôs discutir as teorias dos aglomerados de empresas e do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, analisando a evolução na quantidade de empresas e identificando os aglomerados de empresas no Maranhão,

caracterizando o Parque Empresarial de Timon e apresentando e discutindo os índices de especialização das empresas instaladas no parque.

Tomou-se como base a teoria dos aglomerados de empresas (Marshall, 1890; Becattini, 1990) e as teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração (Perroux, 1955; Myrdal, 1957; Hirschman, 1958). Ottati (2013) e Duarte (2022) enfatizam que as teorias do desenvolvimento regional com base nos fatores de aglomeração apresentadas por Perroux, Myrdal e Hirschman possuem inspiração na teoria dos aglomerados de empresas desenvolvidas por Marshall. Diniz (2009) destaca que os aglomerados de empresas que surgiram a partir de novas nomenclaturas (*clusters*, parques tecnológicos, entre outros) representam uma nova roupagem dos Polos de Crescimento de Perroux.

Objetivando compreender a importância do Parque Empresarial de Timon no contexto da especialização produtiva da Região Geográfica Imediata (RGI) de Timon, a pesquisa apresenta o seguinte problema: quais são os efeitos do parque empresarial instalado no município de Timon em relação à especialização produtiva regional no contexto da RGI de Timon? A pesquisa apresentou como objetivo geral: Realizar uma análise sobre os efeitos do Parque Empresarial de Timon em relação ao desenvolvimento regional do Maranhão, levando em consideração a especialização produtiva das empresas do Parque Empresarial de Timon.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: descrever a revisão de literatura sobre o desenvolvimento regional e os aglomerados de empresas; identificar os aglomerados de empresas no Maranhão com foco na implantação dos Parques Empresariais; calcular o Quociente Locacional das subclasses das empresas do Parque Empresarial de Timon; Avaliar a classificação da especialização do Parque Empresarial de Timon discutindo seus efeitos no contexto da especialização produtiva da RGI de Timon. Utilizou-se como recorte espacial o Parque Empresarial de Timon, e como recorte temporal o período de 2010 a 2020.

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, além desta seção introdutória. No capítulo 1 discute-se o desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração. No capítulo 2 discute-se o papel dos aglomerados de empresas no contexto do desenvolvimento regional e caracteriza-se os principais tipos de aglomerados de empresas. No capítulo 3 realiza-se uma abordagem sobre as empresas e os aglomerados de empresas presentes no Maranhão (Distrito Industrial, Arranjo Produtivo Local - APL, Parque Empresarial). No capítulo 4 caracteriza-se o Parque Empresarial de Timon, apresenta-se a metodologia utilizada, e realiza-se uma análise e discussão em relação ao Parque Empresarial de Timon no contexto do desenvolvimento regional, com base na especialização produtiva das subclasses das empresas do Parque Empresarial de Timon.

1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo discute-se as teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração a partir de seus principais teóricos. Realiza-se uma breve introdução sobre o desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração. Apresenta-se as contribuições teóricas de Perroux relacionadas à teoria dos polos de crescimento, aborda-se a teoria da causação circular e cumulativo de Myrdal e discute-se a teoria relacionada aos efeitos de encadeamento das atividades econômicas como forma de promoção do desenvolvimento regional de Hirschman.

1.1 Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração

O desenvolvimento regional se refere ao desenvolvimento de uma região¹ menos favorecida economicamente em relação às demais regiões de um determinado território. Esse processo visa impulsionar o crescimento econômico, promover a geração de renda e aprimorar a qualidade de vida da população. O principal propósito do desenvolvimento regional é atenuar as disparidades socioeconômicas, buscando reduzir as desigualdades existentes entre as regiões dentro de um país, bem como entre diferentes países.

As discrepâncias no desenvolvimento entre as regiões, tanto em nível nacional quanto internacional, têm provocado questionamentos profundos sobre as origens dessas disparidades. Entender as causas do desenvolvimento desigual é fundamental para orientar políticas públicas eficazes e estratégias que possam equilibrar e fortalecer as diversas áreas de um território, promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do progresso econômico e social.

Os estudos voltados para a temática do desenvolvimento regional foram elaborados sobretudo a partir da década de 1950. Neste período, diversos teóricos propuseram-se a estudar as desigualdades regionais, objetivando apresentar as causas do atraso econômico de algumas regiões e países, e os principais meios que seriam capazes de desencadear o desenvolvimento regional (Lima; Simões, 2010). Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) apresentaram importantes contribuições teóricas sobre o desenvolvimento regional tendo como base os fatores de aglomeração. Fochezatto (2010) cita que os fatores de aglomeração são as

¹ Entendida como uma extensão territorial que possui especificidades (político, econômico, social, ambiental, entre outras) que a distingue das demais (Ribeiro, 1993). No Brasil para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional utiliza-se a regionalização político-administrativa e regional do IBGE nas diferentes escalas geográficas (Regiões, Unidades da federação, Regiões Geográficas Intermediárias, Regiões Geográficas Imediatas, Municípios).

vantagens decorrentes da aglomeração de empresas², como um mercado de trabalhadores com mão-de-obra qualificada e a disponibilidade de serviços e fornecedores de matéria-prima especializada e que contribuem para atrair outras empresas para uma determinada localidade, em virtude das vantagens oferecidas decorrentes da proximidade geográfica das empresas.

As estratégias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração preconizadas sobretudo por Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) apresentam como pontos comuns, o fato de debaterem a polarização das atividades econômicas, de apresentarem os mecanismos que determinavam a concentração do investimento³ em determinadas regiões em detrimento de outras e discutirem a necessidade da atuação do Estado como forma de ordenar o desenvolvimento regional.

1.1.1 A teoria dos polos de crescimento de Perroux

Perroux foi um dos mais importantes expoentes das teorias do desenvolvimento regional, tendo como base a polarização, e a defesa do crescimento desequilibrado⁴ como forma de se alcançar o desenvolvimento regional. Os defensores do crescimento desequilibrado preconizam que o crescimento econômico⁵ não surge espontaneamente e ao mesmo tempo em todas as regiões. A estratégia de crescimento baseado no desenvolvimento desequilibrado, se caracteriza por orientar os investimentos para setores-chave da economia. Os setores-chave são os setores que possuem maior impacto sobre a economia, possuindo fortes efeitos de encadeamento através da compra e venda de insumos.

O crescimento desequilibrado parte do princípio de que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento, propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis sobre conjunto da economia. Com base nesta afirmação, é desenvolvida a Teoria de Polarização, ou dos Polos de

² Entende-se por empresas, como sendo a organização integrante de um determinado setor da economia (indústria, comércio, serviços) que realiza atividades econômicas com finalidades comerciais por meio da produção e venda de bens ou serviços (Eugenio *et al.*, 2017).

³ Também denominado de formação bruta de capital fixo, se refere ao gasto em bens que serão utilizados futuramente na produção de outros bens e que representam um aumento da capacidade produtiva da economia, ou seja, da capacidade de gerar rendas futuras (Crepaldi; Crepaldi, 2018).

⁴ O crescimento desequilibrado é uma estratégia de desenvolvimento que se opõe a teoria do crescimento equilibrado que tinha como precursores Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1957). A teoria do crescimento equilibrado, partia do pressuposto de que um projeto individual poderia fracassar por insuficiência de demanda, todavia, quando vários outros fossem sendo implantados ao mesmo tempo, a expansão do nível de emprego e renda criaria simultaneamente o mercado necessário (Souza, 2007).

⁵ Entendido como o aumento da renda de uma economia, caracterizado pelo aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, sendo definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita (Alves, 2001).

Crescimento⁶, como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento regional. A teoria dos Polos de Crescimento se sustentava na ideia de que a instalação de uma indústria⁷ motriz daria origem a um polo de crescimento, que impulsionaria o desenvolvimento local e regional. A indústria motriz, seria uma indústria de grande porte⁸, onde sua produção representaria uma grande parcela da produção regional. As indústrias motrizes atrairiam outras indústrias satélites, denominadas de indústrias movidas, fornecedoras de produtos ou utilizadoras dos produtos da indústria motriz, contribuindo dessa forma para o crescimento local e regional (Souza, 2007).

A ideia central da teoria dos Polos de Crescimento consistia em instalar em regiões atrasadas, uma indústria motriz, que se tornaria um polo de crescimento sendo capaz de promover mudanças regionais, através da geração de efeitos de intensificação das atividades econômicas, decorrentes do surgimento e encadeamento de novas atividades econômicas, gerando renda e emprego (Diniz; Crocco, 2006). Souza (1993) destaca que umas das características do polo de crescimento, é a tendência à concentração geográfica, levando em consideração que as atividades satélites ou subsidiárias buscam, sempre que possível, a concentração em torno do polo principal.

Para o autor citado anteriormente, existe uma simplificação errônea da teoria do crescimento polarizado, quando se afirma que a ideia do polo de crescimento consistiria na existência de um polo central, motor do crescimento, e de uma periferia agrícola e subdesenvolvida, a ser polarizada. A teoria dos Polos de Crescimento supõe a existência de alguns polos principais, com porte semelhante, incluindo vários polos secundários de menor dimensão.

No intuito de evitar que os polos de crescimento promovessem desigualdades regionais, cabeira ao poder público a elaboração de políticas de cunho econômico e social que possibilitem a promoção do desenvolvimento⁹ recíproco entre as regiões, atenuando as desigualdades regionais. Neste sentido, o papel do Estado não se limitaria a atrair indústrias, mas atuar através da elaboração e a aplicação de políticas públicas, cujo objetivo deveria ser o

⁶ A obra de François Perroux, intitulada *Note Sur la notion de pôle de croissance* (1955) serviu de base para a Teoria da polarização.

⁷ A indústria é definida como um grupo de empresas que geram um produto homogêneo, sendo a atividade econômica constituída por um conjunto de empresas industriais responsáveis por transformar matérias-primas em bens de consumo (Kupfer; Hasenclever 2013).

⁸ As indústrias de grande porte se caracterizam por serem empresas industriais no qual seu porte (quantidade de funcionários, faturamento) supera ao das demais empresas. No Brasil, o SEBRAE (2014) classifica como sendo de grande porte as empresas industriais que possuem acima de 500 pessoas ocupadas.

⁹ Entende-se por desenvolvimento o processo pelo qual ocorre o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia (Sandroni, *op. cit.*).

desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres, possibilitando um desenvolvimento recíproco (Lima; Simões, *op. cit.*).

1.1.2 A teoria da causação circular e cumulativa de Myrdal

Myrdal desenvolveu a teoria¹⁰ da “causação circular cumulativa” na qual procurou identificar os mecanismos que provocam as desigualdades regionais entre os países e no interior destes. Segundo o autor, a desigualdade do crescimento econômico, ocorre sobretudo porque o capital e os recursos humanos tenderiam a se deslocar para as regiões mais desenvolvidas. Assim como Perroux, destacou que o crescimento não ocorre de forma homogênea, sendo que Myrdal também evidencia o crescimento heterogêneo a partir da noção de causação circular cumulativa.

No processo de causação circular cumulativa a noção de círculo vicioso parte do princípio de que um fator negativo pode ser ao mesmo tempo efeito e causa de outros fatores negativos. O autor entende que princípio da causação circular e cumulativa deve ser a principal hipótese a ser considerada no estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico. Para exemplificar uma situação de causação circular e cumulativa, o autor cita o exemplo de uma fábrica localizada em uma determinada região, onde grande parte da população retira sua subsistência, e que teve que fechar em virtude de um incêndio. O efeito imediato seria o fim das operações da fábrica e a perda de emprego por parte da população, resultando na diminuição das rendas e das demandas.

A diminuição das demandas diminuiria as rendas causando desemprego em todos os outros negócios da comunidade, cujos produtos e serviços eram vendidos para a fábrica que deixou de operar. O resultado seria o desencadeamento de um processo de causação circular com efeitos que se acumulariam em forma de um “círculo vicioso”. Entretanto, o processo cumulativo também pode ser positivo, neste sentido, o autor cita como exemplo, a decisão de uma empresa em se instalar em uma determinada comunidade, o que impulsionaria o seu crescimento econômico como o surgimento e a expansão de novos negócios, elevação dos lucros e melhorias nas infraestruturas locais.

O crescimento polarizado pode ao mesmo tempo ser instrumento de aprofundamento das desigualdades regionais, ou contribuir com efeitos propulsores positivos para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas. Para o autor, a intensificação do desenvolvimento

¹⁰ Em sua obra *Economic theory and under-developed regions* (1957), Myrdal apresenta os principais fundamentos da Teoria da Causação Circular e Cumulativa.

desequilibrado é consequência de um volume maior de investimentos em uma região, o que proporciona o dinamismo na atividade econômica, em relação à outra região dentro de um mesmo país. Neste sentido, o desenvolvimento de uma determinada região poderia gerar efeitos de polarização ou efeitos regressivos (*backwash effects*) quando os fluxos de capitais fossem atraídos para as regiões mais desenvolvidas em detrimento das regiões menos desenvolvidas, o que causaria a intensificação das desigualdades regionais.

Embora o desenvolvimento polarizado possa contribuir para o aumento das desigualdades regionais, o desenvolvimento regional também pode ser potencializado através do desenvolvimento polarizado. No contexto do desenvolvimento polarizado, poderiam ser gerados também, efeitos propulsores (*spread effects*), que representam os ganhos obtidos pelas regiões estagnadas através do fornecimento de diferentes bens para a região desenvolvida.

A neutralização dos “efeitos regressivos” e o fortalecimento dos efeitos “propulsores” se refletirá no desenvolvimento econômico, tornando-se assim um fator importante no processo cumulativo. O papel do Estado deveria se voltar para a minimização dos “efeitos regressivos” e ao apoio de forças que promovam “efeitos propulsores”, e contribuam para o desenvolvimento regional. Para o autor, o Estado possui a capacidade de intervir através de políticas públicas que propiciem o estímulo e o desenvolvimento econômico de uma determinada região, através do fomento das atividades econômicas, realização de investimentos sociais e melhorias na infraestrutura.

1.1.3 Hirschman e os “efeitos para trás” e “para frente”

Hirschman elaborou a teoria¹¹ baseada nos diferentes efeitos econômicos que uma determinada atividade econômica pode gerar no sentido de fortalecer o desenvolvimento regional. Sua teoria se aproxima da teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux, no que se refere à defesa do desenvolvimento desequilibrado, partindo da ideia de que o crescimento econômico não ocorre em toda parte ao mesmo tempo.

Nos seus estudos, o autor relata que a interação entre as regiões pode ocorrer através de dois efeitos: os efeitos fluentes (*trickling down effects*) e os efeitos polarizadores (*polarization*). Os efeitos fluentes são considerados efeitos positivos, e ocorrem quando o progresso das regiões mais desenvolvidas produz uma intensificação de investimentos nas

¹¹ Na obra intitulada *The strategy of economic development* (1958), Hirschman apresenta os pressupostos teóricos que embasam a teoria dos efeitos encadeadores (“efeitos para trás” e “para frente”) como forma de promoção do desenvolvimento regional.

regiões menos desenvolvidas, ou quando as regiões mais desenvolvidas absorvem mão de obra desempregada das regiões menos desenvolvidas (Silva; Lima, 2014).

Os efeitos de polarização, que são efeitos negativos, possuem a tendência de agravar as desigualdades regionais, e isso ocorreria quando o progresso da região desenvolvida causaria uma depreciação do parque industrial das regiões menos desenvolvidas, acarretando uma migração dos seus técnicos mais capacitados em direção das áreas mais desenvolvidas. Assim como Myrdal, a teoria de Hirschman entendia que o crescimento polarizado poderia intensificar as desigualdades regionais, caso os efeitos fluentes fossem fracos. Neste sentido, seria necessário que os efeitos fluentes superassem os efeitos de polarização para que as regiões atrasadas economicamente pudessem ser beneficiadas com o progresso das regiões avançadas (Silva; Lima, *op. cit.*).

Destaca-se ainda, que a análise sobre a questão regional, tinha como base o conceito de interdependência setorial que se manifestava através dos níveis de encadeamento (*linkages*) entre os setores econômicos de uma determinada região. O autor propunha que uma das formas de proporcionar o desenvolvimento regional, seria o favorecimento de atividades econômicas capazes de gerar o maior número de conexões produtivas, através das decisões empresariais e das políticas públicas.

As atividades econômicas favorecidas pelas políticas de desenvolvimento regional, proporcionariam ao mesmo tempo demandas e ofertas, gerando efeitos multiplicadores, investimentos, emprego e diversificação da produção. As conexões estabelecidas pelas atividades econômicas gerariam efeitos multiplicadores, ou conexões em dois sentidos, para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*).

Os efeitos de encadeamentos para trás ocorreriam em virtude do estímulo em investimentos na produção doméstica de insumos, e na produção de bens de capital¹², ou seja, se refere à rede de empreendimentos estimulados a investir em nichos que funcionam como fornecedoras para a atividade econômica principal. Os efeitos de encadeamentos para trás produzem efeitos sobre os fornecedores (a montante), através da compra de insumos de um setor por outros setores, sendo que quando um setor apresenta um maior poder de encadeamento para trás indica que aumentos no investimento desse setor têm efeitos consideráveis sobre os seus fornecedores.

Os efeitos de encadeamento para frente se referem à situação em que um determinado setor econômico fornece sua produção para os demais setores econômicos, se relacionando com

¹² Bens de capital se refere aos bens (máquinas, equipamentos, instalações, entre outros) necessários para a produção de outros bens (Rodrigues, 2012).

a utilização de produtos de certo setor, como insumos, em outros setores (Texeira; Figueiredo, 2015). Os efeitos de encadeamento para frente produzem efeitos sobre os consumidores (a jusante) através da venda de produtos de determinado setor para outro setor, sendo que quando um determinado setor apresenta forte encadeamento para frente implica que um aumento do investimento neste setor tem efeitos positivos sobre os setores compradores.

Assim como Perroux e Myrdal, existe uma concordância por parte de Hirschman em relação a necessidade da atuação do Estado no processo de planejamento de políticas públicas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico regional através da melhoria na distribuição de renda e aumento na qualidade de vida da população. O autor entendia que o Estado deveria incentivar o desenvolvimento de setores-chave da economia, provendo a infraestrutura (serviços públicos, infraestrutura logística, legislação, entre outros) necessária para impulsionar as atividades econômicas, dando prioridade para aqueles cujos efeitos de encadeamento são maiores (Diniz; Crocco, *op. cit.*; Lima; Simões, *op. cit.*).

A atuação do Estado, se tornaria essencial sobretudo no sentido de atrair atividades do setor privado, principalmente através dos investimentos em infraestrutura realizados pelo setor público. A associação entre a atuação do setor público e setor privado, se tornariam a base para o desenvolvimento, que a princípio, se apresentaria como desequilibrado, mas que através dos efeitos posteriores de encadeamento produziria um desenvolvimento que propiciaria a diminuição das desigualdades econômicas regionais.

Fochezatto (*op. cit.*) afirma que as teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração continuam sendo muito utilizadas como referência na elaboração de políticas e planos de desenvolvimento regional, sendo que a partir da década de 80 elas vêm dividindo espaço para as teorias que enfatizam as aglomerações de empresas. As teorias de desenvolvimento regional que passaram a surgir a partir de 1950 através de Perroux, Myrdal e Hirschman, cuja ênfase está nos fatores de aglomeração possuem inspiração marshalliana.

Ottati (2013) e Duarte (2022) destacam que as teorias do desenvolvimento regional cujo pressuposto é de que o crescimento não surge em todas as regiões ao mesmo tempo, manifestando-se com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento, encontra-se intimamente ligada à teoria dos aglomerados de empresas preconizados por Marshall. Diniz (2009) enfatiza que os aglomerados de empresas representam uma nova roupagem dos Polos de Crescimento, através da nomenclatura de distritos industriais, *clusters*, parques tecnológicos, entre outras denominações.

Dentre as novas estratégias de desenvolvimento regional efetivadas sobretudo a partir da década de 1990, destacam-se os aglomerados de empresas (Distritos Industriais, Arranjos

Produtivos Locais – APL, *Cluster*, Parques Empresariais) tendo como base os conceitos de Marshall. No capítulo 2 desta dissertação realiza-se uma discussão sobre os aglomerados de empresas, com ênfase nos Parques Empresariais.

2 AGLOMERADOS DE EMPRESAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo, abordam-se os conceitos e as vantagens das aglomerações de empresas sob a ótica dos principais teóricos (Marshall, 1890; Becattini, 1990) que discutiram os aglomerados com base nos distritos industriais marshallianos¹³. Discute-se a relação entre aglomerados de empresas e desenvolvimento regional e realiza-se uma contextualização teórica sobre os aglomerados de empresa tendo como base os estudos de Marshall. Por fim, realiza-se uma caracterização dos aglomerados de empresas (Distrito Industrial, *Cluster*, APL, Parque Empresarial), com base nos principais teóricos (Marshall, *op.cit.*; Becattini, *op.cit.*; Porter, 1998) que abordaram os principais tipos de aglomerados.

2.1 Contextualização teórica dos aglomerados de empresas

Os aglomerados podem ser definidos como sendo concentrações geográficas de empresas existentes em uma determinada área de um país ou cidade. Porter (1999) destaca que além de ser um agrupamento geograficamente concentrado de empresas, os aglomerados se caracterizam por serem constituídos por empresas de setores correlatos, onde existe um sistema de cooperação entre empresas e outros atores como as instituições de pesquisa. Conforme destaca Porter, os aglomerados podem ocorrer em economias em desenvolvimento e desenvolvidas e em diferentes setores econômicos e níveis geográficos.

Os aglomerados ocorrem em muito tipos de setores, em campos maiores ou menores e mesmo em alguns negócios locais. Estão presentes em economias grandes e pequenas, em áreas rurais e urbanas e em vários níveis geográficos (por exemplo, países, estados, regiões metropolitanas e cidades). Encontram-se em economias avançadas e em desenvolvimento, embora os existentes em economias avançadas tendam a ser muito mais desenvolvidos (Porter, 1999, p. 216).

A discussão teórica sobre aglomeração de empresas remonta ao final do século XIX, tendo Alfred Marshall como seu precursor¹⁴. Pagani e Resende (2007) consideram que a teoria Marshalliana é o ponto de partida para todos os estudos relacionados a aglomerações de

¹³ Aglomerado de empresas, que na visão de Marshall se caracteriza pela concentração de muitas pequenas e médias empresas que apresentam especialização setorial em um determinado segmento da produção industrial, apresentando integração e cooperação entre as empresas e entre a comunidade local e as empresas.

¹⁴ Na obra *Principles of Economics*, traduzido para o português sob o título *Princípios de Economia: Tratado Introdutório* (1996), Marshall apresenta as primeiras teorias relacionadas às aglomerações de empresas, através da análise de indústrias concentradas em regiões da Grã-Bretanha.

empresas. A partir das observações realizada sobre os distritos industriais na Grã-Bretanha, Marshall percebeu que as empresas concentradas em uma mesma região, seriam capazes se apropriar de economias externas, algo que não seria possível caso as empresas estivessem espacialmente dispersas pelo território. Marshall dividiu as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: economias internas¹⁵ e economias externas¹⁶.

Podemos dividir as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: primeira, as dependentes do desenvolvimento geral da indústria; e segunda, as dependentes dos recursos das empresas que a ela se dedicam individualmente, das suas organizações e eficiência de suas administrações. Podemos chamar as primeiras de economias externas, e as últimas de economias interna (Marshall, 1996, p. 315).

A existência de economias externas permite em geral, uma redução de custos para as empresas, sendo que as empresas, antes de tomar a decisão de se instalar em uma determinada região, avaliam seu potencial presente e futuro de se apropriar de economias externas (Sandroni, 1999). Sperotto (2014) enfatiza que a possibilidade de apropriação das economias externas constitui o principal elemento para a explicação da tendência de concentração espacial das atividades econômicas.

As economias externas ou externalidades marshallianas seriam as vantagens geradas pela concentração geográfica de empresas em determinada região e pela especialização das empresas integrantes do aglomerado. Na visão de Marshall as externalidades, conhecidas como tríade marshalliana englobariam três aspectos: os efeitos de encadeamentos intersetoriais fornecedores-usuários, ou seja, as vantagens advindas da utilização de insumos comuns a todas as empresas do aglomerado; os efeitos de transbordamento de conhecimentos tecnológicos entre as empresas integrantes do aglomerado; a formação de polos especializados de trabalho, ou seja, de um mercado de trabalho com mão-de-obra especializada.

Marshall compreende que o processo cooperativo das empresas em uma determinada aglomeração, possibilitaria melhorias no processo de aperfeiçoamento e inovação¹⁷ do sistema produtivo das empresas. A integração entre os agentes presentes nas aglomerações de empresas

¹⁵ As economias internas se caracterizam por ser uma forma de economia de escala em que a própria empresa cria a infraestrutura necessária à sua expansão e à redução de seu custo unitário de produção (Sandroni, *op. cit.*).

¹⁶ Segundo Sandroni (*op. cit.*) as economias externas ou externalidades, são benefícios obtidos pelas empresas em decorrência da implantação de um serviço público ou de uma indústria, proporcionando vantagens antes inexistentes.

¹⁷ Introdução comercial de um novo produto ou uma nova combinação de algo já existente criados a partir de uma invenção que por sua vez pertence ao campo da ciência e tecnologia (Schumpeter, 1934).

representaria vantagens para as empresas, levando em consideração que com a concentração de produtores especializados, “os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar” (Marshall, *op. cit.*, p. 320).

A interdependência e cooperação entre os agentes integrantes do aglomerado, possibilitaria uma grande sinergia entre os produtores, possibilitando as empresas, melhorias e inovações em seus processos produtivos através da socialização de ideias. Embora os aglomerados na visão de Marshall pressuponha a cooperação entre as empresas integrantes do aglomerado como indispensável, isto não exclui a competição entre as empresas que formam o aglomerado. Del Corso *et al.* (2014) destacam que a cooperação que está por trás de um aglomerado de empresas não impede que haja uma forte competição entre os participantes.

Nos aglomerados de empresas podem coexistir a competição e a cooperação, condição sintetizada através do termo *coopetição*¹⁸. No processo de *coopetição*, as empresas do aglomerado buscam melhorias coletivas através de diferentes ações cooperativas, e individualmente exercem sua competição frente as demais empresas. O relacionamento *coopetitivo* entre as empresas do aglomerado geraria ganhos competitivos coletivos em que as empresas integrantes do aglomerado tornar-se-iam mais competitivas, sobretudo em relação às empresas que não fazem parte do aglomerado (Leite; Lopes; Silva, 2008).

Na década de 1990, o conceito de aglomerados de empresas formulado por Marshall, foi revisado por Becattini¹⁹, sob a ótica dos distritos industriais italianos. O território italiano à época de Becattini se caracterizava por apresentar grandes disparidades econômicas regionais. A região norte da Itália se caracterizada pela forte industrialização, com a presença de grandes empresas, sendo esta região conhecida como “Primeira Itália”. No sul do país, denominada de “Segunda Itália” predominavam as pequenas empresas²⁰ de pouca tecnologia que produziam principalmente para o mercado local. A denominada “Terceira Itália”, se referiu a uma região

¹⁸ *Coopetição* é o termo criado por Brandenburger e Alebuff (1996) gerado pela união das palavras “cooperação” e “competição”, e refere-se ao processo em que as empresas se relacionam cooperando e competindo entre si ao mesmo tempo. No processo de cooperação competitiva, as empresas cooperam para atingir determinados objetivos e competem na hora de dividir os ganhos.

¹⁹ Em relação à revisão da teoria marshalliana, destaca-se a obra *Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy* de 1990, organizada por Frank Pyke, Giacomo Becattini e Werner Sengenberger.

²⁰ Não existe internacionalmente uma definição consensual que delimite o conceito de Micro, Pequenas e Médias empresas (Guimarães *et al.*, 2018). No Brasil, considera-se como pequenas empresas, as Microempresas e as Empresa de Pequeno Porte. Segundo a Receita Federal do Brasil, em relação ao faturamento, as Microempresas são as que possuem faturamento bruto anual menor ou igual a R\$ 360 mil e as Empresa de Pequeno Porte são as que possuem faturamento bruto anual maior do que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) classifica-se como Microempresas as empresas que no ramo de comércio e serviços possuem até 9 empregados e no ramo da indústria possuem até 19 empregados. As Empresa de Pequeno Porte, são as que no ramo de comércio e serviços possuem de 10 a 49 empregados e no ramo da indústria possuem de 20 a 99 empregados.

localizada entre o Norte e o Sul do país (Região Emília-Romagna), que apresentava um expressivo crescimento econômico baseado na atuação de micro, pequenas e médias empresas que se destacaram por promoverem aglomerações de empresas através da formação dos Distritos Industriais, e da promoção de estratégias de inovação e cooperação.

Lima e Oliveira Neto (2019) ressaltam que no processo de expansão da “Terceira Itália”, destaca-se o papel intenso da cooperação entre as empresas e a parceria efetivada com as universidades locais na geração de novos conhecimentos. A partir da revisão de Becattini, vários estudos se voltaram para a temática dos aglomerados de empresas, sendo que principalmente sob a forma de Distritos Industriais, os aglomerados se expandiram por países europeus como Itália e Reino Unido, alcançando países asiáticos como a Índia, e países do continente americano como os Estados Unidos, México, Porto Rico e Brasil (Oliveira, 1976).

2.2 Aglomerados de empresas e desenvolvimento regional

Em virtude da concentração das atividades econômicas em uma determinada região, ela passa a atuar como fator de atração para compradores e fornecedores. Por conta de muitas empresas estarem localizadas próximas geograficamente, a oferta de mão de obra qualificada tende a ser maior, podendo estimular a presença de escolas técnicas, empresas de assistência técnica, e empresas de comercialização dos produtos regionais (Santana; Souza, 2021).

Rodrigues e Simões (2004) destacam que as aglomerações de empresas se caracterizam como ponto determinante para geração de renda e emprego, visando compensar as desigualdades regionais. Destaca-se também a possibilidade de os aglomerados contribuírem para melhorias socioeconômicas na região em que eles se encontram instalados. Segundo Costa (2014) os atores dos aglomerados se fortalecem também no sentido de pressionar o poder público em relação as suas principais demandas.

Pelo lado político, a concentração espacial e a especialização econômica da região elevam sua capacidade de pressão sobre o poder público, de modo que empresas, trabalhadores e demais instituições locais dispõem de maiores chances de obter sucesso em suas demandas. Isso é particularmente importante no que tange à construção ou ao melhoramento da infraestrutura comum, o que, usualmente, requer um volume de investimentos relativamente elevado (Costa, 2014, p. 12).

Prado (2006) enfatiza que os organismos que fazem parte dos aglomerados (empresas, entidades e instituições) podem proporcionar uma interação econômica, e dessa forma contribuir para se alcançar competitividade e promover o desenvolvimento de uma região.

Todavia, o autor também chama a atenção para o fato de que a busca do desenvolvimento regional deve incorporar outros fatores de produção que vá além da simples concentração geográfica de setores econômicos.

Pode-se, também, acrescentar que a simples estratégia de desenvolvimento regional, baseada na concentração geográfica de fatores ou setores, não leva, automaticamente e tão somente pelo mercado, à otimização do crescimento e do desenvolvimento da região, pois, para crescer em longo prazo com produtividade e competitividade, distribuição de renda e impacto ambiental reduzido, a estratégia de desenvolvimento deve incorporar e valorizar outros fatores de produção como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituição e meio ambiente (Prado, 2006, p. 27).

A importância dos aglomerados para o desenvolvimento regional também foi explicitada por Becattini ao abordar o desenvolvimento da “Terceira Itália” em virtude da formação de aglomerados criados de maneira espontânea com a participação de pequenas e médias empresas em forma de distritos industriais. Além da “Terceira Itália”, cita-se os exemplos dos aglomerados do Estado do Baden-Württemberg, na Alemanha, os de Oyonnax e Cholet, na França, os do Silicon Valley, nos Estados Unidos, como aglomerados significativos no contexto do desenvolvimento regional.

Destaca-se a capacidade dos aglomerados em atrair empresas e instituições de ensino e pesquisa para a região e promover o surgimento de uma mão-de-obra especializada. Os aglomerados de empresas também podem contribuir para uma maior oferta de produtos e serviços na região, para um aumento na compra de insumos em nível local e regional e para a geração de emprego e renda.

2.3 Caracterização dos aglomerados de empresas

Para uma melhor compreensão das definições das tipologias relacionadas ao aglomerado de empresas ou concentração geográfica de empresas, faz-se necessária uma distinção dos termos através da definição de diferentes teóricos. Costa e Chiquito (2013) afirmam que são diversos os tipos de aglomerados industriais e empresariais entre os quais se pode-se citar os distritos industriais e empresariais, os *clusters*, os Arranjos Produtivos Locais e sistemas produtivos e inovativos locais, entre outros. A seguir apresentamos no Quadro 1 os conceitos das principais formas de concentração geográfica de empresas (Distrito Industrial, *Cluster*, APL).

Quadro 1. Definição dos aglomerados de empresas

Tipo de aglomerado	Definição e características
Distrito Industrial	Concentração de muitas pequenas e médias empresas similares em determinadas localidades, especializadas na produção de um mesmo produto ou em um determinado segmento da produção industrial. Se caracteriza pela integração e cooperação entre as empresas e entre a comunidade local e as empresas, sendo uma entidade sócio territorial que é caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas em uma área natural e historicamente delimitada (Marshall, 1890; Becattini, 1990).
<i>Cluster</i>	Concentração geográfica de empresas que se encontram interconectadas e de instituições de um mesmo segmento, incluindo desenvolvedores de tecnologias específicas para o segmento, e incluindo também as associações de comércio, governo local e universidades. Forma de aglomeração de empresas que possui como característica principal a cooperação entre os diversos atores (Porter, 1998).
Arranjo Produtivo Local - APL	Aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. As principais características do APL são os seus vínculos de cooperação, interação e aprendizado entre diversos atores, mesmo que as empresas se encontrem dispersas dentro de um determinado território (Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014; Tizzotti; Truzzi; Barbosa, 2019).

Fonte: Elaboração do autor.

Conforme apresentado no Quadro 1, o Distrito Industrial possui como principal característica a especialização produtiva, interdependência, integração e cooperação entre as pequenas e médias empresas que fazem parte do aglomerado. Cabe destacar que no Brasil o conceito de Distrito Industrial também é utilizado para denominar a simples concentração geográfica de empresas, independente dos níveis de similaridades entre as empresas instaladas ou de seus níveis de cooperação (Oliveira, *op. cit.*).

Os *Clusters*, diferente dos demais tipos de concentração geográfica de empresas, podem apresentar empresas de grande porte fazendo parte do aglomerado. A noção de Cluster, está intimamente relacionada com uma complexa interdependência e cooperação entre diversos atores e com a geração de competitividade para as empresas. Porter (1998) cita o Vale do Silício e Hollywood como exemplos de *cluster* mais conhecidos do mundo. Como exemplo de *Cluster* no Brasil, podemos citar o *Cluster Aeroespacial Brasileiro*, capitaneado pelo Parque Tecnológico de São José dos Campos em São Paulo.

Os Arranjos Produtivos Locais também ultrapassam a noção de simples aglomerados de empresas do mesmo ramo de atividade econômica. Cardoso, Carneiro e Rodrigues (*op. cit.*) ressaltam que quando se fala em APL, é imprescindível considerar a presença dos vários atores (empreendedores, agentes e instituições) que possuem ações voltadas direta ou indiretamente ao desenvolvimento da atividade produtiva local. Diniz e Crocco (*op. cit.*) afirmam que no Brasil a política de apoio a APL se tornou nos anos de 1990, a mais popular ação governamental em termos de desenvolvimento regional.

2.4 Parque Empresarial

Ainda é escassa a literatura que versa sobre a definição de Parques Empresariais, mesmo levando em consideração outras denominações como Polo Empresarial e Condomínio Empresarial, como também são chamados os Parques Empresariais. As literaturas direcionadas efetivamente para as discussões sobre os Parques Empresariais ou Condomínios Empresariais estão restritas a alguns autores como Finatti (2009), Pereira e Coelho (2011) e Mendes (2015).

Provavelmente a escassa literatura sobre o tema esteja relacionada também com o fato de que os Parques Empresariais são um tipo de aglomeração ainda recente no Brasil. Finatti (*op. cit.*) afirma que os condomínios empresariais começaram a instalar-se no Brasil no final da década de 1990. Pereira e Coelho apresentam a seguinte definição para Parque Empresarial:

O parque empresarial é um espaço territorial, devidamente delimitado, vocacionado e preparado numa lógica de eficiente ordenamento do território para agrupar uma série de atividades empresariais que podem ou não estar relacionadas entre si, associados à prestação de serviços de apoio a empresas e de apoio aos seus funcionários, numa lógica de gestão condominial (Pereira; Coelho, 2011, p. 149).

Percebe-se através da definição apresentada que o fato de as atividades empresariais não necessitarem estar relacionadas entre si nos Parques Empresariais, é uma característica que o diferencia dos conceitos de Distritos Industriais, *Cluster* e APL, onde uma das principais características destas aglomerações é a inter-relação e a especialização produtiva entre as empresas. Pereira e Coelho (*op. cit.*) destacam que os parques empresariais se caracterizam por serem estruturas desenvolvidas para obter economias de escala.

As economias de escala se referem a uma situação em que a produção pode ser dobrada quando o custo não chega a dobrar, ou seja uma empresa apresenta economia de escala quando pode dobrar sua produção com menos do que o dobro do custo, neste sentido, é possível

maximizar os lucros à medida que a quantidade produzida aumenta (Pindyck; Rubinfeld, 2013; Ribeiro *et al.*, 2014).

No Brasil, o Parque Empresarial também recebe outras denominações como Polo Empresarial, Distrito Empresarial e Condomínio Empresarial. O condomínio industrial ou empresarial compreende um parque de fornecedores diretos, comércio e serviços localizados num mesmo espaço (Mendes, *op. cit.*).

Conforme as contribuições de Pereira e Coelho (*op. cit.*) e Mendes (*op. cit.*), podemos concluir que o Parque Empresarial possui como características o fato de ser uma área pública ou privada, destinada à implantação de empresas, onde o planejador promove a infraestrutura necessária objetivando a atração de empresas e sua concentração em um determinado espaço dentro de uma lógica de gestão condominial²¹. Como benefícios da implantação de um parque empresarial, cita-se o aumento das empresas, o fornecimento de produtos e serviços e geração de empregos.

Neste sentido, um Parque Empresarial pode ser implantado através da concentração setorial de empresas, como pode também representar simplesmente uma concentração geográfica de empresas de diversos setores econômicos. Percebe-se que em sua gênese, tanto os Parques Empresariais como os Distritos Industriais possuem como similaridade o fato de se caracterizarem como uma forma de concentração espacial de empresas, ou constituírem aglomerados de empresas, formados basicamente por empresas de pequeno e médio porte.

As diferenças básicas entre as duas formas de aglomeração (Distritos Industriais e Parques Empresariais) estão relacionadas sobretudo à função exercida por cada um, sendo que os Distritos Industriais estão voltados para a implantação de empresas industriais de setores correlatos e os Parques Empresariais possuem como objetivo a atração de empresas diversas, podendo incluir empresas industriais.

Os Parques Empresariais podem ser constituídos de maneira simplificada, adotando somente a simples concentração geográfica de empresas independentes e com baixa ou nenhuma cooperação, ou podem ser implantados e se converterem em áreas mais complexas baseadas na alta cooperação entre as empresas e demais atores políticos e sociais, e adotando políticas voltadas para investimentos tecnológicos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

²¹ Os parques empresariais (Condomínios Empresariais), possuem como uma de suas características a instalação de suas estruturais em espaços criados sob a lógica de gestão condominial. Nestes espaços são criadas infraestruturas (pavimentação, guarita, fechamento da área, centro de convenções, entre outros) pelo poder público ou pela iniciativa privada, antes da disponibilização dos lotes que serão adquiridos pelas empresas. Assim como nos condomínios de residências, algumas áreas dos parques empresariais são de uso coletivo das empresas instaladas no parque, sendo que nos parques empresariais implantados pelo poder público (estadual ou municipal) a gestão pode ser realizada de forma compartilhada entre o poder público e a iniciativa privada.

Com as diferenciações apresentadas, percebemos a complexidade dos aglomerados de empresas, que podem apresentar diferentes tipologias. Levando em consideração a complexidade dos aglomerados de empresas segundo a visão de Marshall, Becantini e Porter, o termo “concentração geográfica de empresas” parece mais adequado para as áreas destinadas aos Parques Empresariais que possuem empresas de diversos setores econômicos e que não apresentam conexões, interações e cooperação entre as empresas.

Os aglomerados de empresas podem ser identificados em todo território nacional sob suas diferentes formas (Distritos Industriais, Arranjos Produtivos Locais e Cluster). No capítulo 3, serão identificados os principais aglomerados de empresas presentes no Estado do Maranhão, com destaque para os Parques Empresariais.

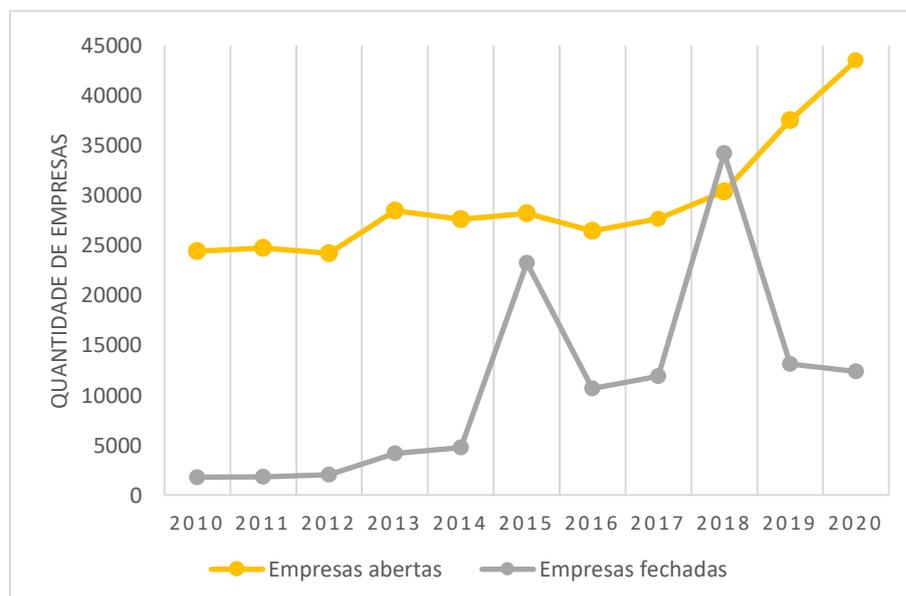
3. EMPRESAS E AGLOMERADOS DE EMPRESAS NO MARANHÃO

Neste capítulo, realiza-se uma breve discussão sobre as empresas no estado do Maranhão, com ênfase na relação entre abertura e fechamento das empresas e no crescimento das unidades empresariais. Identifica-se tipos de aglomerados de empresas no Maranhão (Distritos Industriais, os APLs e os Parques Empresariais), apresentando sua distribuição espacial pelo território maranhense. Realiza-se uma contextualização histórica sobre a implantação dos Parques Empresariais no Maranhão.

3.1 Empresas no Maranhão

Segundo dados da Junta Comercial do Maranhão – JUCEMA (2021) o Maranhão encerrou o ano de 2020 com um total de 316.931 empresas ativas, predominando no estado as micro e pequenas empresas. Os Micros Empreendedores Individuais (MEI), as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) corresponderam a 89% do total de empresas ativas no Maranhão no ano de 2020. No ano de 2020 os MEI representaram 44% das empresas ativas no Maranhão, as ME corresponderam a 41%, as EPP a 4% e as empresas de demais porte com 11% (JUCEMA, 2021). Levando em consideração o período de 2010 a 2020, houve um considerável crescimento em relação à abertura de empresas no Maranhão sobretudo a partir do ano de 2018 (Figura 1).

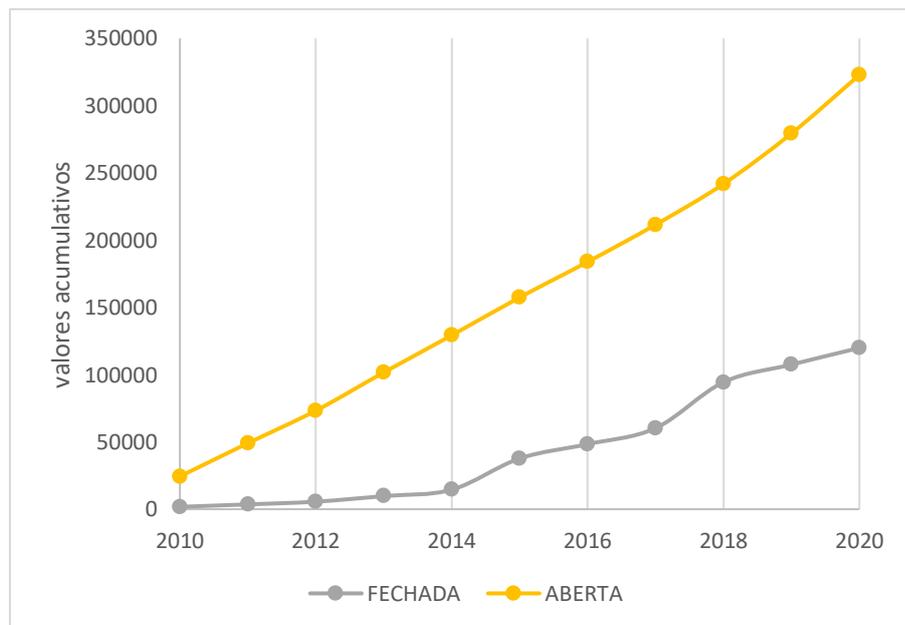
Figura 1. Abertura e fechamento de empresas no Maranhão (2010/2020)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Mapa de Empresas (BRASIL, 2021).

Segundo dados do Mapa de Empresas (BRASIL, 2021) o fechamento de empresas no Maranhão, se manteve relativamente estável de 2010 a 2014, apresentando dois picos nos anos de 2015 e 2018. No ano de 2015, houve o fechamento de mais de 23 mil empresas no Maranhão, e no ano de 2018, a quantidade de empresas fechadas (34.176) superou o número de empresas abertas (30.333). Nos últimos anos, o estado Maranhão tem conseguido aumentar consideravelmente o número de empresas em seu território, sendo que no período de 2010 a 2020 foram abertas 322.796 empresas e fechadas um total de 119.905 empresas no Maranhão, gerando um saldo positivo de 202.891 empresas, conforme representado na Figura 2.

Figura 2. Dados acumulativos das empresas abertas e fechadas no Maranhão (2010-2020)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Mapa de Empresas (BRASIL, 2021).

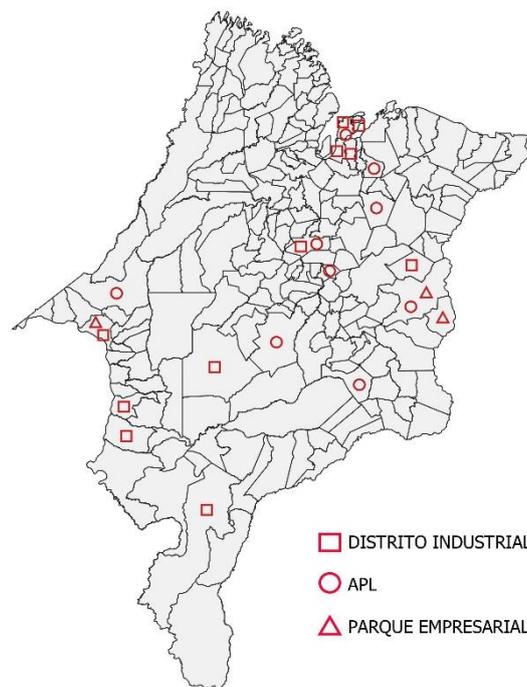
O Maranhão foi o 5º estado brasileiro com o maior número de empresas abertas, no ano de 2020, totalizando 43.470 novas empresas, o que representou um saldo positivo de 5.989 empresas em relação ao ano de 2019. O setor de comércio (54%) lidera em número de empresas ativas no Maranhão (JUCEMA, 2021), sendo que as empresas deste setor, se concentram sobretudo nos municípios de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon, Paço do Lumiar e Caxias. Os municípios de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, Balsas, Timon e Paço do Lumiar são os que possuem mais empresas do setor de serviços, enquanto as empresas do setor de construção se concentram sobretudo nos municípios de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon, Paço do Lumiar e Caxias.

A indústria e a agropecuária ainda possuem pouca participação em relação à quantidade total de empresas ativas no estado do Maranhão (8%). As empresas do setor da indústria estão concentradas principalmente nos municípios de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon, Balsas e Açailândia. As empresas do setor de agropecuária se concentram sobretudo nos municípios de São Luís, Balsas, Imperatriz, Grajaú, Açailândia e São José de Ribamar. Dados da JUCEMA (2021) mostram que os municípios mais populosos do Maranhão (São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon) são os que possuem a maior quantidade de empresas ativas, concentram 58% do total de empresas do estado.

3.2 Aglomerados de empresas no Maranhão

No estado do Maranhão podem ser identificados três principais tipos de aglomerados de empresas: Distritos Industriais, APL e Parques Empresariais. Os aglomerados no Maranhão não se distribuem de maneira uniforme pelo território maranhense (Figura 3) mas se concentram em algumas áreas específicas, sendo que a maior concentração dos aglomerados no Maranhão ocorre na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL²²).

Figura 3. Distribuição espacial dos aglomerados no Maranhão



Fonte: Elaboração do autor, com dados da SEINC (2021) e Observatório APL (2021).

²² A RMGSL é formada pelos municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Raposa, Rosário, Santa Rita, São Luís, São José de Ribamar (IBGE, 2020).

Conforme mostra a figura 3, alguns municípios possuem dois tipos de aglomerados, como São Luís (Distrito Industrial e APL), Imperatriz (Distrito Industrial e Parque Empresarial), Bacabal (Distrito Industrial e APL) e Caxias (Parque Empresarial e APL). Os Distritos Industriais são o tipo de aglomeração com maior participação entre os aglomerados presentes no Maranhão (48%), sendo que sua implantação no estado ocorreu ainda na década de 1980. Destaca-se ainda a participação dos APL como um dos tipos de aglomeração de grande importância para a economia maranhense (39%). Os Parques Empresariais representam 13% do total de aglomerados no Maranhão, sendo também os mais recentes a serem implantados no estado, a partir do ano de 2014. Os aglomerados estão presentes, embora de maneira não uniforme, em todas as Regiões Geográficas Intermediárias²³ do Maranhão (Tabela 1).

Tabela 1. Aglomerados no Maranhão por Região Geográfica Intermediária

Região Geográfica Intermediária	Distrito Industrial	APL	Parque Empresarial	Total	%
São Luís	4	3	0	7	30
Santa Inês-Bacabal	1	2	0	3	13
Caxias	1	1	2	4	17
Presidente Dutra	0	1	0	1	4
Imperatriz	5	2	1	8	36
Total	11	9	3	23	100
%	48	39	13	100	

Fonte: Elaboração do autor, com dados da SEINC (2021) e Observatório APL (2022).

Conforme mostra a Tabela 1, a Região Geográfica Intermediária de Imperatriz possui o maior número de aglomerados, com um total de oito, enquanto a Região Geográfica Intermediária de São Luís possui sete. A Região Geográfica Intermediária de Caxias possui quatro aglomerados e a Região Geográfica Intermediária de Santa Inês-Bacabal possui três. A Região Geográfica Intermediária de Presidente Dutra possui apenas um aglomerado. Apenas as Regiões Geográficas Intermediárias de Imperatriz e de Caxias possuem os três tipos de aglomerados presentes no Maranhão (Distrito Industrial, APL e Parque Empresarial).

²³ Com a atualização da regional do Brasil realizada pelo IBGE no ano de 2017, a divisão dos estados brasileiros em mesorregiões e microrregiões foram extintas, passando a vigorar a nova regionalização composta pelas Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas. De acordo com o IBGE (2017), as Regiões Geográficas Intermediárias representam uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Antes da regionalização de 2017 do IBGE, os municípios maranhenses estavam agrupados em 5 mesorregiões e 21 microrregiões. Atualmente, os 217 municípios do estado do Maranhão, estão agrupados em 5 Regiões Geográficas Intermediárias (São Luís, Santa Inês-Bacabal, Caxias, Presidente Dutra, Imperatriz) que por sua vez estão divididas em 22 Regiões Geográficas Imediatas.

A aglomeração de empresas no Maranhão, tem suas raízes ainda na década de 1970, através da criação da Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão (CDI/MA). A Lei nº 3.533, de 05 de julho de 1974, instituiu a Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão com o objetivo de promover estudos e elaborar planos e diretrizes necessários à criação de Distritos Industriais (Ericeira, 2017).

A implantação de Distritos Industriais no estado do Maranhão tem como ponto de partida a criação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), através do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980. Atualmente, onze municípios maranhenses possuem Distritos Industriais: Aldeias Altas; Bacabal; Bacabeira; Balsas; Estreito; Grajaú; Imperatriz; Porto Franco; Rosário; São José de Ribamar; São Luís.

Os Distritos Industriais no Maranhão não surgiram de maneira espontânea pelo território, mas são resultado de políticas de desenvolvimento, tendo como planejador o poder público estadual e municipal. No Maranhão, os distritos industriais se caracterizam como o que Oliveira (*op. cit.*) e Damas (2008) denominam como distrito industrial planejado, possuindo como principal característica a participação do Estado no planejamento e implantação das áreas que serão convertidas nos distritos industriais.

Em relação aos APL, conforme dados do Observatório APL, o Maranhão possui um total de nove APL, sendo o estado nordestino com a menor quantidade de Arranjos Produtivos Locais. Conforme os dados apresentados na Tabela 2, os APL maranhenses estão voltados para a atividade agropecuária, com destaque para a bovinocultura de leite e de corte e a mandiocultura.

Tabela 2. Caracterização dos APLs do Maranhão

APL	Território	Cidade Polo	Empresas	Funcionários
Bovinicultura de leite	Cerrado Amazônico	Açailândia	110	2.500
Bovinicultura de leite	Vale do Mearim	Bacabal	150	450
Bovinicultura de leite	Médio Mearim	Lima Campos	120	480
Bovinicultura de Corte	Centro Sul Maranhense	Barra do Corda	256	1.024
Mandiocultura	Norte Maranhense	Cachoeira Grande	60	240
Mandiocultura	Vale do Itapecuru	Vargem Grande	200	800
Avicultura Familiar Caipira Caipirão Corte e Postura	Cocais	Caxias	135	2.300
Apicultura	Sertão Maranhense	Colinas	120	480
Boi da Floresta	-	São Luís	2	80
Total	-	-	1.153	8.354

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do Observatório APL (2022).

Os APL implantados no Maranhão contribuem para o desenvolvimento das economias locais, englobando um considerável número de 1.153 empresas e contando com um total de 8.354 funcionários. Assim como ocorre com os Distritos Industriais no Maranhão, os APL também possuem uma forte participação do poder público estadual e municipal no sentido de promover ações que possibilitem o fortalecimento e a expansão das cadeias produtivas no estado do Maranhão. O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais do Maranhão (NE-APL/MA) é o responsável pela promoção de ações de fortalecimento dos APL do Maranhão, sob a coordenação Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC).

3.3 Os Parques Empresariais no Maranhão

Os parques empresariais do Maranhão foram planejados durante o governo de Roseana Sarney (2009-2014), sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC), atual Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC). Destaca-se que o Plano Plurianual (PPA) do Maranhão estabelecido para o período de 2012 a 2015, possuía como uma de suas diretrizes a dinamização da economia e do desenvolvimento regional, a partir das oportunidades e potencialidades locais.

Em mensagem da governadora Roseana Sarney, enviada à Assembleia Legislativa do Maranhão em janeiro de 2014, a governadora destaca os avanços do governo estadual em promover a consolidação de aglomerados de empresas através da atração de investimentos privados. Destaca-se a intenção do governo estadual em implantar novos Parques Empresariais em diversas regiões do Maranhão.

A SEDINC vem cumprido seu papel como órgão indutor na geração de emprego e renda no momento em que promove a atração de investimentos privados visando à dinamização econômica e de infraestrutura: ao induzir a alocação de investimentos privados, amparados nas vantagens comparativas e competitivas do Estado; quando desenvolve os arranjos produtivos locais, como instrumento integrador da indústria local com os grandes projetos industriais que estão sendo implantados no Maranhão: da implantação de novos parques empresariais nas diversas regiões do Estado; na concessão de benefícios (MARANHÃO, 2014).

Na mesma mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Maranhão, o Governo do Maranhão destaca que daria início à construção dos Parques Empresariais nas cidades de Caxias, Timon, Pinheiro, Rosário, São José de Ribamar e Imperatriz, e que outros Parques Empresariais como os dos municípios de Codó, Chapadinha, Capinzal do Norte, Presidente Dutra, Santa Inês, Coroatá e Alcântara estariam em fase de estudo. A proposta do governo de

Roseana Sarney era a implantação de treze Parques Empresariais em diferentes municípios do Maranhão (Quadro 2).

Quadro 2. Proposta de implantação dos Parques Empresariais (MA)

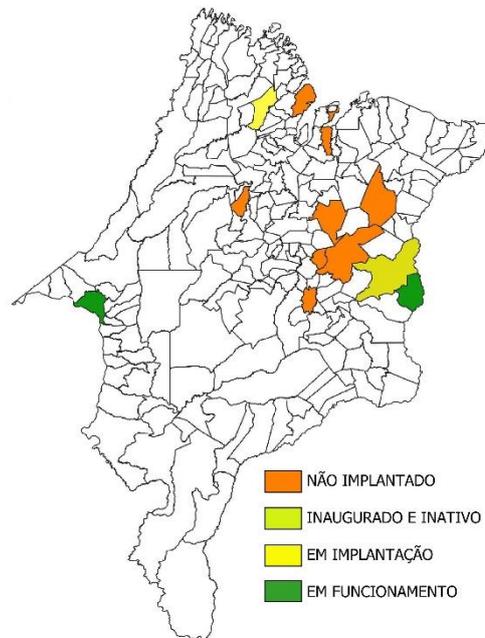
Município	Hierarquia urbana	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata
Alcântara	Centro Local	São Luís	São Luís
Capinzal do Norte	Centro Local	Santa Inês - Bacabal	Pedreiras
Caxias	Centro Sub-regional	Caxias	Caxias
Chapadinha	Centro Sub-regional	São Luís	Chapadinha
Codó	Centro Sub-regional	Caxias	Codó
Coroatá	Centro de Zona	Caxias	Codó
Imperatriz	Capital Regional	Imperatriz	Imperatriz
Pinheiro	Centro Sub-regional	São Luís	Pinheiro
Presidente Dutra	Centro Sub-regional	Presidente Dutra	Presidente Dutra
Rosário	Centro Local	São Luís	São Luís
São José de Ribamar	Capital Regional	São Luís	São Luís
Santa Inês	Centro Sub-regional	Santa Inês - Bacabal	Santa Inês
Timon	Capital Regional	Caxias	Timon

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do IBGE/Cidades e Estados.

A previsão para o último ano de mandato de Roseana Sarney era concluir os parques empresariais de Timon, Caxias e Imperatriz, e em uma segunda etapa, implantar os Parques Empresariais de Alcântara, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Coroatá, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, e São José de Ribamar. Durante o ano de 2014, último ano de mandato de Roseana Sarney, foi dado início à construção dos Parques Empresariais de Caxias, Imperatriz, Pinheiro e Timon. Ainda no ano de 2014 foram inaugurados os parques empresariais de Timon e Caxias.

O parque empresarial de Imperatriz foi inaugurado somente no ano de 2018, já no mandato do governador Flávio Dino. Convém destacar que o Parque Empresarial de Caxias ainda não se encontrava em funcionamento no ano de 2020, tendo sua infraestrutura parcialmente construída. O Parque Empresarial de Pinheiro teve suas obras iniciadas ainda no ano de 2014, mas problemas de projeto relacionados ao local de instalação do Parque Empresarial, inviabilizaram sua inauguração, sendo que no ano de 2020 o parque ainda não havia sido inaugurado. Os demais Parques Empresariais propostos por Roseana Sarney não tiveram continuidade, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4. Distribuição espacial da proposta de implantação dos Parques Empresariais (MA)



Fonte: Elaboração do autor com dados da SEINC (2021).

O Parque Empresarial de Imperatriz teve suas obras iniciadas no ano de 2014 e foi inaugurado em 2018. Para a construção do Parque Empresarial de Imperatriz foram investidos um total de R\$ 9.986.632,14 (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e quatorze centavos). O Parque Empresarial de Imperatriz se localiza às margens da Rodovia BR 010, possuindo uma área de 73 ha e 70 lotes.

Inaugurado no ano de 2014, o Parque Empresarial de Caxias se localiza as margens da Rodovia BR 316, Km 563 e Km 564, e possui uma área de 100 ha e 44 lotes. Os investimentos para a construção da obra foram da ordem de R\$ 8.579.919,39 (oito milhões quinhentos e setenta e nove mil novecentos e dezenove reais e trinta e nove centavos). Embora inaugurado em 2014, o Parque Empresarial de Caxias, até o ano de 2020, ainda não possuía empresas instaladas na área do parque.

O Parque Empresarial de Pinheiro foi idealizado para ocupar uma área de 35 ha, com um total de 26 lotes, estando localizado na margem direita da Rodovia Estadual MA 006, na zona urbana de Pinheiro. O Parque Empresarial de Pinheiro foi planejado no ano de 2014, onde foi realizado o processo licitatório para a construção da obra com o valor global de R\$ 7.305.000,00 (sete milhões trezentos e cinco mil reais). O Parque Empresarial de Pinheiro, no ano de 2020 ainda se encontrava em processo de implantação.

O Parque Empresarial de Timon foi inaugurado no ano de 2014, sendo que o valor total de investimento para a sua construção foi de R\$ 11.058.397,26 (onze milhões, cinquenta

e oito mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos). O Parque Empresarial de Timon se localiza às margens da Rodovia BR 316, Km 06, em uma área de 99 ha, possuindo 8 quadras e 111 lotes. A infraestrutura do Parque Empresarial de Timon conta com vias pavimentadas, centro de convenções e guarita.

Sob a responsabilidade da SEINC, os parques empresariais no Maranhão, se caracterizam como espaços destinados à implantação de empresas diversas, que recebem incentivos fiscais do governo estadual, dentre os quais, redução do ICMS e financiamentos governamentais para a construção de suas instalações, sobretudo através de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em nível estadual, a lei nº 10.349, de 20 de outubro de 2015, criou o Programa Especial de Desenvolvimento para municípios maranhenses que façam parte de Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), o que favoreceu o município de Timon, que é integrante da RIDE da Grande Teresina. O Programa Especial de Desenvolvimento para municípios integrantes de RIDE, consistiu na instituição de tratamento tributário específico para empresas que se instalarem em áreas de municípios maranhenses integrantes de RIDE, previamente definidas como "centro empresarial", "parque empresarial", "polo empresarial", "distrito industrial"; "centro multimodal" ou denominação afim.

O decreto estadual nº 32.797, de 10 de abril de 2017, versou sobre a organização da SEINC, criando a Superintendência de Gestão de Distritos e Parques Empresariais e o Departamento dos Parques Empresariais e Distritos Industriais. O Conselho Deliberativo (CONDEP) do Programa “Mais Empresas²⁴” através da Resolução nº 044/2017, considerou como prioritários no planejamento estratégico do Estado do Maranhão, empreendimentos que se localizem nos Parques Empresariais, assim constituídos na legislação estadual ou municipal, para os segmentos de indústria e agroindústria, em função do potencial de contribuição do projeto para o desenvolvimento econômico e social.

A instalação de empresas nos Parques Empresariais foi normatizada através da Norma Técnica de nº 001/2018-SEINC, que trata da alienação dos lotes, uso e ocupação do solo, projetos executivos, obras e operação das empresas. Os municípios que recebem os parques empresariais apresentam uma contrapartida, como a doação do terreno para a instalação do parque empresarial, por exemplo, participando diretamente da gestão compartilhada dos

²⁴ Instituído pela lei estadual nº 10.259, de 16 de junho de 2015, o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão - MAIS EMPRESAS, possui como objetivo diversificar a matriz industrial, formar adensamentos industriais nas regiões econômicas e integrar cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda no Maranhão através da concessão crédito presumido sobre o valor do ICMS às empresas que se enquadrarem e aderirem ao programa.

parques empresariais instalados em seu município, através da assinatura de Termo de Acordo de Cooperação Técnica. Os lotes destinados à implantação das empresas disponíveis nos Parques Empresariais são vendidos por meio de solicitação da empresa interessada junto à SEINC, através apresentação de Carta Consulta.

O decreto estadual nº 36.849, de 9 de julho de 2021, aprovou o Regimento da SEINC, e destacou as competências da Superintendência de Gestão de Distritos e Parques Empresariais e do Departamento dos Parques Empresariais e Distritos Industriais. De acordo com o citado decreto, compete à Superintendência de Gestão de Distritos e Parques Empresariais, fiscalizar, supervisionar e examinar os elementos técnicos da execução de projetos de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado do Maranhão.

Apresentadas as considerações sobre os aglomerados de empresas presentes no Maranhão, sob a forma de Distritos Industriais, APL e Parque Empresarial, no capítulo 4 será abordado o Parque Empresarial de Timon, com ênfase na especialização produtiva das empresas que fazem parte do aglomerado.

4. PARQUE EMPRESARIAL DE TIMON: CARACTERIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Neste capítulo, efetua-se uma análise do Parque Empresarial de Timon, concentrando-se especialmente na especialização produtiva das subclasses das empresas que compõem o parque. Caracteriza-se o Parque Empresarial de Timon com destaque para as empresas nele estabelecidas, seguida pela exposição da metodologia empregada na análise da especialização dessas empresas. Realiza-se uma análise do Parque Empresarial de Timon no âmbito do desenvolvimento regional, com foco na especialização produtiva dos subsetores das empresas, tanto aquelas já instaladas como as que se encontram em processo de instalação e as que possuem reserva de lote, utilizando o Quociente Locacional como método de análise regional.

4.1 Caracterização do Parque Empresarial de Timon

O Parque Empresarial de Timon é um espaço planejado e implantado pelo poder público estadual e municipal com o objetivo de atrair empresas para um local predeterminado, e contribuir para o desenvolvimento da região, sobretudo através da geração de emprego e renda. O papel do poder público em relação aos parques empresariais se relaciona principalmente com a implantação das infraestruturas físicas e com o estabelecimento de ações que contribuam para atrair empresas para os parques. Neste sentido, os incentivos fiscais²⁵ que se estabelecem sobre as empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon (Quadro 3) são as principais vantagens que buscam atrair as empresas para o parque.

As empresas que se instalam no Parque Empresarial de Timon, com base na legislação municipal, possuem isenção fiscal dos seguintes tributos de competência do município: Taxa de Licença para Construção, Reconstrução, Reforma, Ampliação e Melhoramento, concedido às empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços; Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e Fiscalização - TLF, bem como sua renovação anual; Taxa de serviço de Revisão e Alinhamento do Imóvel objeto; Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI; Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

²⁵ Subsídio concedido pelo governo, na forma de renúncia de parte de sua receita com impostos, em troca do investimento em operações ou atividades por ele estimuladas. Os incentivos podem ser diretos ou indiretos. Quando concedidos na forma de isenção do pagamento de um imposto direto, como o imposto sobre a renda, beneficiam o contribuinte; no caso de um imposto indireto, tendem a diminuir o preço da mercadoria produzida pela empresa que recebe a isenção, beneficiando também o consumidor (Sandroni, *op. cit.*).

Quadro 3. Legislação fiscal incidente sobre as empresas do Parque Empresarial de Timon

Municipal	
Legislação	Ementa
Lei nº 1879 de 10 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a política de benefícios e incentivos fiscais do Município de Timon e dá outras providências.
Decreto nº 039, de 16 de maio de 2017	Regulamenta e estabelece critérios para a concessão de benefícios e incentivos fiscais do Município de Timon, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.879/2013 e dá outras providências.
Lei nº 2115, de 13 de dezembro de 2017	Altera, acrescenta e dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1879, de 10 de setembro de 2013, que dispõe sobre a política de benefícios e incentivos fiscais e dá outras providências.
Estadual	
Legislação	Ementa
Lei nº 10.349, de 20 de outubro de 2015	Cria Programa Especial de Desenvolvimento para municípios maranhenses que façam parte de Rede Integrada de Desenvolvimento - RIDE, criada por Lei Complementar Federal e, dá outras providências.

Fonte: Elaboração do autor, com base em pesquisas no DOE-MA/DOM-Timon (2022).

Em nível estadual, destaca-se o Programa Especial de Desenvolvimento para municípios maranhenses que façam parte de Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE²⁶), que estabeleceu um tratamento tributário específico para os centros de distribuição e prestadoras de serviços de logística que se instalem em áreas definidas como parque empresarial no estado do Maranhão. Para estas empresas, a carga tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS²⁷) foi fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor das operações e prestações de saídas internas e interestaduais e em 1% (um por cento) sobre valor das operações e prestações de saídas para municípios integrantes da RIDE.

Aliado aos incentivos fiscais, destaca-se também a infraestrutura presente no município de Timon, com um fator de atração para as empresas. O município de Timon é cortado pela Rodovia BR 316, que liga o Nordeste ao Norte do Brasil, estando servido ainda de três pontes que ligam o município de Timon à cidade de Teresina, capital do estado do Piauí.

O município de Timon se localiza em uma posição estratégica, estando conurbada com Teresina, e se localizando entre Fortaleza, no qual dista 615 km, e São Luís, que se localiza a 441 km de distância. Além de possuir um Aeródromo, a sede do município de Timon, encontra-se a menos de 10 km do Aeroporto de Teresina. Destaca-se ainda a própria infraestrutura do

²⁶ A cidade de Timon faz parte de uma RIDE, sendo integrante da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Grande Teresina - Ride da Grande Teresina criada por Lei Federal.

²⁷ Imposto de competência dos Estados/Distrito Federal que incide sobre produtos de diferentes tipos, desde um automóvel a uma pipoca, e que se aplica tanto em relação à comercialização dentro do país, quanto a importações de bens e serviços do exterior (Costa Neto, 2019).

Parque Empresarial de Timon, que oferece às empresas uma área exclusiva para suas instalações dotada de importantes estruturas como guarita, centro administrativo, salas de treinamento, estacionamento e pátio para carretas.

A atração de empresas através dos incentivos fiscais apresenta-se como uma das prerrogativas do desenvolvimento regional, no que se refere a atuação do Estado na tentativa de atenuação das desigualdades regionais preconizadas pelos principais teóricos (Perroux, Myrdal, Hirschman). A criação das infraestruturas necessárias para a implantação do Parque Empresarial de Timon pelo poder público estadual e municipal, associa-se às ideias de Myrdal e Hirschman, que defendiam a implantação de infraestruturas (serviços públicos, infraestrutura logística, legislação) como uma das importantes contribuições do poder público para o desenvolvimento regional.

A associação entre concessão de incentivos fiscais e implantação de infraestruturas pode contribuir para a atração de empresas para uma determinada região, apresentando como vantagens o aumento da quantidade de empresas, serviços e produtos, e principalmente a geração de emprego e renda. O fato de as empresas serem atraídas para um espaço pré-determinado, se relaciona com a teoria dos aglomerados (Marshall, Becattini) partindo do pressuposto de que as empresas aglomeradas possuem a capacidade de gerar benefícios que não seriam possíveis caso estas empresas estivessem separadas espacialmente.

Em relação à sua localização, o Parque Empresarial de Timon localiza-se no bairro Cidade Industrial Norte, as margens da rodovia BR 316, na zona urbana do município de Timon – MA, possuindo um total de 111 lotes. Destaca-se o potencial do Parque Empresarial de Timon no que se refere ao aumento na quantidade de empresas, e conseqüentemente de empregos no contexto da Região Geográfica Imediata (RGI²⁸) de Timon.

O potencial do parque está relacionado a uma futura ocupação de todos os lotes disponíveis, que abrigaria um total de 111 empresas. Com base nos dados da JUCEMA (2022), a ocupação de todos os lotes do parque representaria um aumento de 1,05 % na quantidade de empresas do município de Timon e 0,87 % na quantidade de empresas da RGI de Timon. Embora inaugurado ainda no ano de 2014, constata-se, a baixa presença de empresas no Parque Empresarial de Timon, conforme mostra o quadro 4.

²⁸ Regiões Geográficas Imediatas - RGI são estruturadas a partir de Centros Urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de serviços judiciários, entre outros. A RGI de Timon é uma das 22 Regiões Geográficas Intermediárias do estado do Maranhão, sendo formada pelos municípios de Timon, Matões, Buriti Bravo e Parnarama (IBGE, 2020).

Quadro 4. Empresas instaladas, em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (2022)

EMPRESA	CNAE 2.0 (SUBCLASSE)	PORTE	ORIGEM
Distribuidora Adauto Carvalho LTDA	46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral	Demais	Serra Talhada-PE
JM Etiquetas e Bobinas EIRELI	47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria	EPP	Teresina-PI
O Armazém Distribuidor de Mercadorias em Geral LTDA	46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	Demais	Timon-MA
Piauí Milhos Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias	Demais	Teresina-PI
Rede Máquinas LTDA	77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	Demais	Fortaleza-CE
NAKOL-Industria e Comercio De Moveis LTDA	46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	ME	Teresina-PI
Tecnometal Tanques LTDA	25.21-7-00 - Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	ME	Terezópolis de Goiás-GO
A. M. Farma Medicamentos LTDA	46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	EPP	Teresina-PI
CME Medical - Central de Material e Esterilização Médica Hospitalar LTDA	81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	ME	Teresina-PI
ECO Nordeste Reciclagem LTDA	38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos	EPP	Teresina-PI
J M Lubrificantes e Motopeças LTDA	45.41-2-02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	EPP	Timon-MA
MEGALOG Logística LTDA	49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	ME	São Luís-MA
Pereira e Silva Fabrica e Distribuidora de Rações LTDA	46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais	EPP	Timon-MA
SERVBRASIL Soluções em Alimentação, Limpeza E Lavanderia LTDA	96.01-7-01 - Lavanderias	Demais	Teresina-PI
PAVSAN pavimentação e saneamento LTDA	71.12-0-00 - Serviços de engenharia	Demais	Timon-MA
Indústria Real de Alimentos LTDA	10.61-9-01 - Beneficiamento de arroz	EPP	Teresina-PI

Legenda		Instaladas
		Em implantação
		Solicitação de reserva de lote

Fonte: elaboração do autor, com base em pesquisas no DOE-MA/DOM-Timon (2022).

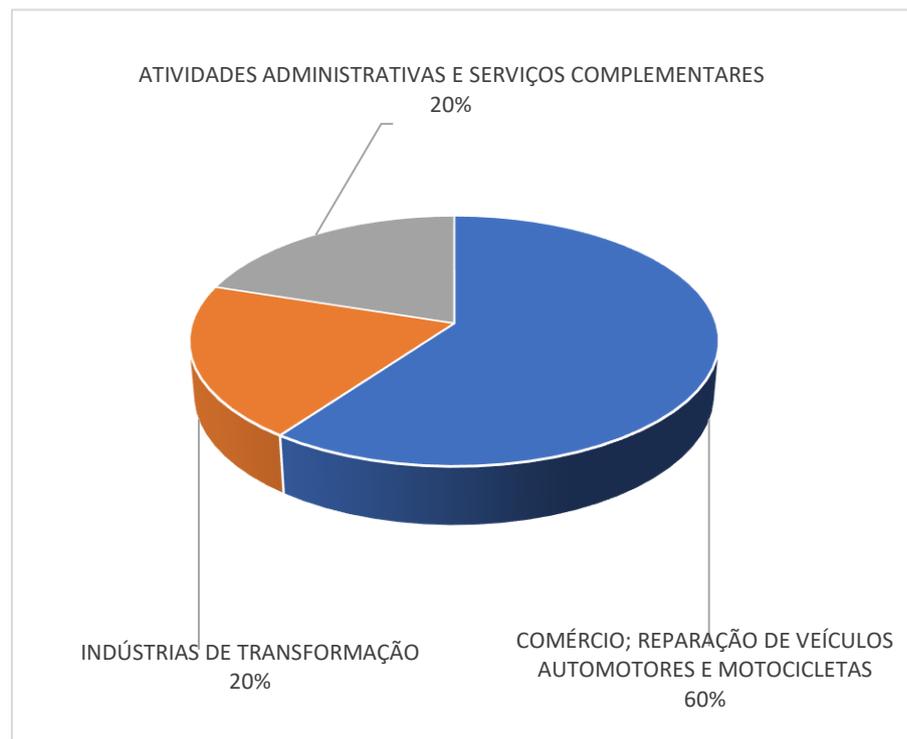
Tabela 3. Resumo do porte das empresas instaladas, em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (2022)

Porte	Quantidade	%
Demais	6	37,5
EPP	6	37,5
ME	4	25
Total	16	100

Fonte: elaboração do autor, com base em pesquisas no DOE-MA/DOM-Timon (2022).

Segundo apresentado no Quadro 4 e o resumo na Tabela 3, no Parque Empresarial de Timon, em relação ao porte, a maior parte das empresas são Empresas de Pequeno Porte (37,5%) e de Demais porte (37,5%), enquanto as Microempresas representam 25% do total das empresas do aglomerado. Em relação à origem das empresas, um total de 50% das empresas do Parque Empresarial de Timon são filiais de empresas que possuem matriz no município de Teresina-PI, cidade que se encontra conurbada com o município de Timon. Segundo a classificação das atividades econômicas das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon (CNAE 2.0 – Seção), as empresas que se encontram instaladas no parque pertencem a três diferentes atividades econômicas (Figura 5).

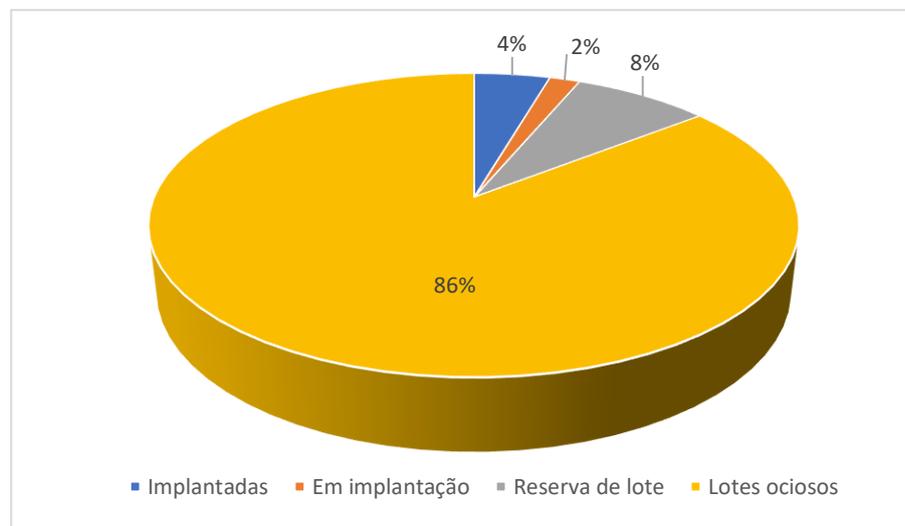
Figura 5. Classificação das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon (CNAE 2.0 – Seção)



Fonte: elaboração do autor, com base nos dados da RAIS (2020).

Conforme mostra a Figura 5, percebe-se a considerável participação das empresas do setor de comércio; reparação de veículo automotores e motocicletas (60%), sendo que as indústrias de transformação e as atividades administrativas e serviços complementares representam 20% cada na composição setorial das empresas instaladas no parque. Em relação à ocupação dos lotes do Parque Empresarial de Timon, levando em consideração a futura a instalação das empresas que estão em implantação e que solicitaram reserva no local, o parque passará a contar com um total de 16 empresas implantadas, o que representa apenas 14% da capacidade do parque. As empresas instaladas representam 4% da capacidade total do Parque Empresarial de Timon de receber empresas (Figura 6).

Figura 6. Ocupação das empresas no Parque Empresarial de Timon



Fonte: elaboração do autor.

A baixa quantidade de empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon representa um entrave aos efeitos do parque em contribuir para o desenvolvimento da RGI de Timon, sobretudo no que se refere à geração de emprego e renda. A capacidade ociosa de 96%, em relação à quantidade total de empresas que o parque pode abrigar, levando em consideração somente às empresas implantadas, demonstra a dificuldade na atração de empresas para o parque. No período de 2014 a 2020, apenas cinco empresas se instalaram no local.

Mesmo levando em consideração as empresas implantadas, as que estão em implantação, e as empresas que solicitaram reservas de lotes para futura instalação no local, a ocupação dos lotes do Parque Empresarial de Timon alcançará um total de 14%, restando 86% de lotes ociosos. A seguir apresentamos a metodologia utilizada para a análise da especialização produtiva das empresas do Parque Empresarial de Timon no contexto regional.

4.2 Metodologia de identificação da especialização produtiva

A análise a ser realizada através desta metodologia, refere-se à identificação da especialização produtiva das empresas do Parque Empresarial de Timon levando em consideração a Região Geográfica Imediata (RGI de Timon) na qual ele se encontra inserido. Para a identificação da especialização produtiva dos setores de atividade econômica das empresas do Parque Empresarial de Timon utilizou-se a metodologia com base no indicador do Quociente Locacional (QL).

O QL é uma medida de localização utilizada na ciência regional como forma de avaliar os setores econômicos de maior relevância em uma determinada região, apontando para a especialização produtiva da região em análise. Alves (2012) destaca que as medidas de localização mostram quais são os setores mais especializadas de uma determinada região, ou seja, aquelas regiões que se destacam em determinadas atividades quando comparadas com uma região maior, que é a região de referência.

Lima *et al* (2006) destacam que as medidas de localização como o QL são de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades entre as regiões, ou seja, procuram identificar padrões de concentração ou dispersão da mão-de-obra setorial. Paiva e Jannuzzi (2022) destacam a relevância do QL para a análise econômica regional por apresentar as “propriedades desejáveis” de um indicador, a saber: apresentar ampla cobertura territorial; contar com bases de dados oficiais e/ou de grande confiabilidade; ser de fácil inteligibilidade.

A primeira versão do QL emerge em um trabalho de Hildebrand e Mace (1950) com o objetivo de criar um indicador que fosse capaz de expressar em um único valor a comparação entre a estrutura produtiva de uma determinada região e a estrutura produtiva do território maior, na qual a região está inserida. O QL indica a concentração relativa de determinado setor em uma região comparativamente à participação desse mesmo setor em um espaço definido como referência.

O QL busca expressar o grau de dedicação e especialização relativa de uma região às distintas atividades econômicas, ou seja, aponta quantas vezes mais (ou menos) uma região se dedica a cada atividade *vis-à-vis* as demais incluídas na macrorregião de referência (Paiva; Jannuzzi, *op. cit.*). Alves (*op. cit.*) enfatiza que para o cálculo dos indicadores de especialização, a região de referência, pode ser uma mesorregião, uma Unidade da Federação, ou um país.

Em virtude deste estudo está direcionado para o desenvolvimento regional no Maranhão, para a elaboração do QL das subclasses das empresas localizadas no Parque Empresarial de Timon, a Região Geográfica Imediata (RGI) de Timon foi utilizada como base,

tendo como referência o estado do Maranhão. Para a estimativa do QL, com base em Haddad (1977) o indicador utiliza os seguintes termos apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5. Interpretação dos indicadores utilizados

Termos	Interpretação	Adaptação
E_{ij}	Número de empregados na subclasse i na região j	Número de empregados na subclasse em análise na Região Geográfica Imediata de Timon
E_j	Número de empregados em todos os setores da região j	Número de empregados em todos os setores da Região Geográfica Imediata de Timon
E_{iRR}	Número de empregados na subclasse i na região de referência	Número de empregados na subclasse em análise no Maranhão
E_{RR}	Número de empregados em todos os setores da região de referência	Número de empregados em todos os setores do Maranhão

Fonte: Adaptado de Haddad (1977).

Para o cálculo do QL das subclasses das empresas do Parque Empresarial de Timon, as atividades econômicas foram listadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE²⁹ 2.0 - Subclasse). Os dados estatísticos necessários para elaboração do indicador foram buscados junto ao banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2020), tendo como base os vínculos empregatícios.

Haddad (*op. cit.*) afirma que quando se utiliza o emprego como variável básica para o cálculo das medidas de especialização, necessita-se de informações sobre a distribuição do emprego por atividades e por região em um determinado ano. Neste sentido, utilizou-se os dados da RAIS, por ser uma base de dados confiável e de fácil acesso, possuindo um elevado nível de detalhamento espacial e setorial do emprego formal no Brasil. O ano de 2020 foi tomado como referência neste estudo, por possuir os dados mais atualizados no período de realização desta dissertação.

O cálculo do QL é baseado na razão entre duas estruturas econômicas: a concentração relativa de um determinado setor em uma região comparativamente à participação deste mesmo setor, no espaço definido como base de comparação, que é a região de referência. No índice utilizado para o cálculo do QL, tem-se no numerador a participação que o setor tem na região de estudo, e, no denominador, a participação do mesmo setor na região de referência. O Quadro 6 apresenta o padrão de análise do QL e a forma de interpretação dos resultados.

²⁹ A CNAE, cujo órgão gestor é o IBGE, é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica. A CNAE 2.0 é uma classificação estruturada de forma hierarquizada em cinco níveis (seções, divisões, grupos, classes e subclasses), possuindo 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1301 subclasses.

Quadro 6. Descrição do padrão de análise do Quociente Locacional (QL)

Indicador	Expressão matemática	Interpretação dos resultados
Quociente Locacional (QL)	$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_j}{E_{iRR}/E_{RR}}$	QL ≤ 0,49 = Localização fraca QL ≥ 0,50 a 0,99 = Localização média QL ≥ 1,0 = Localização significativa

Fonte: Adaptado de Haddad (1977).

Tomando como exemplo o QL da subclasse (CNAE 2.0) de Comércio atacadista de materiais de construção em geral na RGI de Timon, temos os seguintes dados da RAIS (2020):

E_{ij} (Total de empregados da subclasse Comércio atacadista de materiais de construção em geral na RGI de Timon): 184

E_j (Total de empregados na RGI de Timon): 15.463

E_{iRR} (Total de empregados da subclasse Comércio atacadista de materiais de construção em geral no Maranhão): 1.702

E_{RR} (Total de empregados no Maranhão): 744.033

Aplicando a expressão matemática do QL, temos:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}=184/E_j=15463}{E_{iRR}=1702/E_{RR}=744033} = \frac{0,011899}{0,002282}$$

Obtendo-se o QL_{ij} de 5,2

Para a qualificação do QL em relação à especialização produtiva da região, utilizou-se como base o estudo de Haddad (*op. cit.*) que afirma que se o $QL > 1$, indica-se que o setor em análise está relativamente concentrado na região analisada, sendo que esta região detém no setor em análise uma importância mais que proporcional à que possui no espaço de referência. Quando o QL de um determinado setor for maior que 1, indica que o setor possui uma concentração na região superior à concentração (em relação aos vínculos) deste mesmo setor na região de referência, apontando que a região é relativamente mais especializada no setor (Suzigan *et al.*, 2001; Monasterio, 2011).

Quando o QL for igual 1, indica que a concentração do setor na região em análise é idêntica à concentração do mesmo setor na região de referência. Quando o QL for menor do que 1, indica que uma concentração do setor abaixo da média da concentração do mesmo setor na região de referência. O QL quantifica a importância relativa do setor em estudo, apontando quantas vezes um determinado setor é importante para a região em estudo do que para a região de referência. Como exemplo, podemos citar um determinado setor que apresentou um QL igual a 6,0, o que implica dizer que esse setor é seis vezes mais importante para a região do que para a macrorregião de referência (Alves, *op. cit.*).

Levando em consideração este estudo, um quociente locacional superior a 1 indica que RGI de Timon detém proporcionalmente mais empregos na subclasse analisada, quando comparado com a sua importância para o emprego no estado do Maranhão como um todo, ou seja, a RGI de Timon possui uma proporção do emprego regional na subclasse analisada que é maior que sua proporção no emprego total estadual desta subclasse, sendo a RGI de Timon especializada nesta subclasse.

4.3 Indicadores de especialização das empresas do Parque Empresarial de Timon

Para a identificação do QL das empresas do Parque Empresarial de Timon utilizou-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0 – subclasse/Resolução CONCLA n° 01/2006³⁰) contidas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) das empresas. A seguir apresentamos e discutimos QL das empresas instaladas, em implantação e com reserva de solicitação de lote no Parque Empresarial de Timon, tendo como base as subclasses das empresas a partir da CNAE.

4.3.1. Empresas instaladas

As empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon pertencem a cinco subclasses (CNAE 2.0) sendo que cada empresa pertencente a uma diferente subclasse. A Tabela 4, apresenta QL das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, no contexto da RGI de Timon, tendo como região de referência o estado do Maranhão.

³⁰ Aprovou e divulgou a estrutura completa da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0, organizada em cinco níveis hierárquicos: seções, divisões, grupos, classes e subclasses, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

Tabela 4. Indicadores de especialização das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon

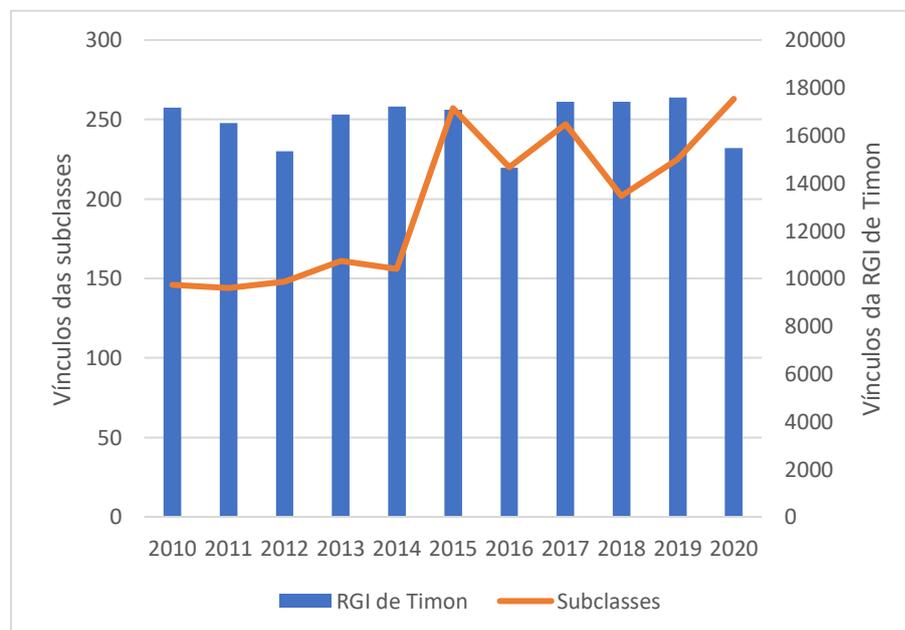
Atividade (Subclasse - CNAE 2.0)	QL	Interpretação	%
Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	6,6	Localização significativa	80
Comércio atacadista de materiais de construção em geral	5,2		
Fabricação de massas alimentícias	1,2		
Comércio varejista de artigos de papelaria	1,1		
Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	0,5	Localização média	20
Total			100

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

Conforme mostram os dados apresentados na Tabela 4, das cinco empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, 80% pertencem a subclasses que possuem localização significativa (QL maior do que 1), sendo estas subclasses em que a RGI de Timon é especializada, e 20% pertencem a subclasses que possuem localização média (QL = 0,5) no contexto da RGI de Timon.

Dentre as empresas instaladas no parque nenhuma pertencem a subclasse de localização fraca (QL<0,5). As subclasses que apresentaram uma localização significativa no Parque Empresarial de Timon são subclasses importantes na absorção de mão-de-obra regional (RGI de Timon) conforme mostra a Figura 7.

Figura 7. Evolução dos vínculos das subclasses que no Parque Empresarial de Timon apresentaram localização significativa e dos vínculos totais da RGI de Timon (2010-2020)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

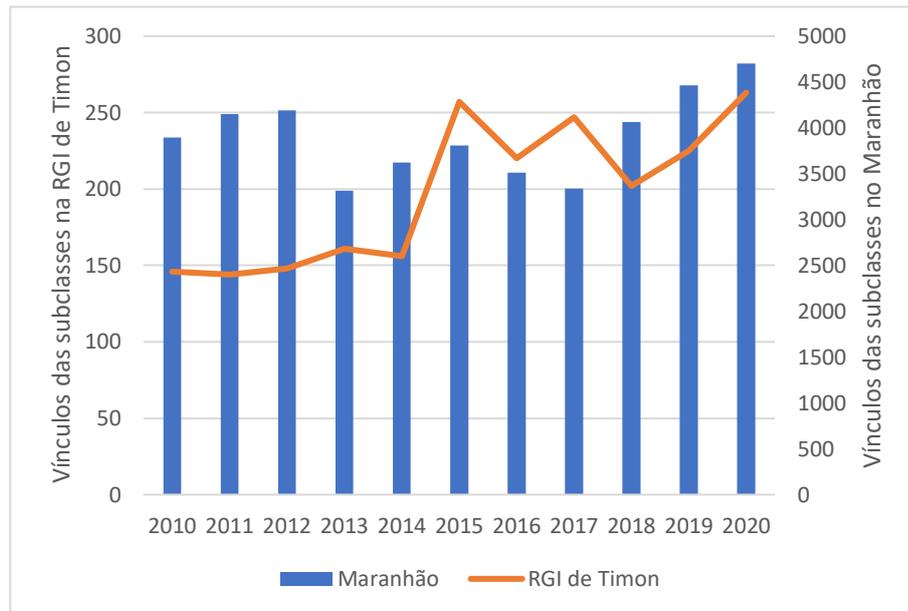
Conforme evidenciado na Figura 7, os vínculos das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, que apresentaram uma localização significativa no contexto da RGI de Timon, demonstraram uma trajetória evolutiva nos vínculos entre 2010 e 2020. É importante observar que, em alguns anos específicos (2011, 2014, 2016 e 2018), foram identificadas variações negativas em relação ao ano anterior. Dentre essas variações negativas, destaca-se o ano de 2018, marcado por uma variação de -19,1% em comparação com os vínculos registrados em 2017. Essas oscilações pontuais não comprometem a tendência geral de crescimento dos vínculos observada no período analisado.

Os anos de 2012, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2020 apresentaram uma variação positiva nos vínculos empregatícios das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, que apresentaram uma localização significativa em relação aos anos anteriores. O ano de 2015 destacou-se com a maior variação positiva (64,8%) em relação aos vínculos do ano de 2014. Principalmente a partir de 2015, os vínculos das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, que possuem uma localização significativa apresentaram uma evolução significativa, superando a média de crescimento dos vínculos totais registrados na RGI de Timon.

Enquanto os vínculos totais na RGI de Timon experimentaram uma redução de 9,9% em 2020 em comparação com o ano de 2010 (de 17.160 para 15.463), os vínculos das subclasses com localização significativa evoluíram 80,2% no ano de 2020 (263 vínculos) quando comparado ao ano de 2010 (146 vínculos). É relevante destacar que, em 2010, os vínculos das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, que apresentaram uma localização significativa representavam apenas 0,86% do total de vínculos na RGI de Timon. No entanto, em 2020, esse percentual aumentou para 1,71%, refletindo não apenas um crescimento absoluto, mas também uma maior participação dessas subclasses no conjunto de vínculos empregatícios da região.

Essa análise, ao oferecer uma visão abrangente das variações dos vínculos empregatícios das subclasses das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, que apresentaram uma localização significativa, contribui para uma compreensão mais completa dos efeitos destas subclasses na dinâmica do mercado de trabalho na RGI de Timon. Quando comparado com a evolução dos vínculos das mesmas subclasses no Maranhão, as subclasses do Parque Empresarial de Timon que apresentaram uma localização significativa também evoluíram acima da média estadual, como mostra a Figura 8.

Figura 8. Evolução dos vínculos das subclasses que no Parque Empresarial de Timon apresentaram localização significativa e dos vínculos das mesmas subclasses no Maranhão (2010-2020)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

Levando em consideração o Maranhão, os vínculos das subclasses do Parque Empresarial de Timon que possuem uma localização significativa apresentaram uma considerável evolução em relação aos vínculos empregatícios no período de 2010 a 2020. Os dados apontaram que em alguns anos (2013, 2016, 2017) apresentaram uma variação negativa nos vínculos em relação ao ano anterior, sendo que a maior variação negativa ocorreu no ano de 2013 (20,9%). Na maior parte dos anos entre 2010 e 2020, os vínculos das subclasses do Parque Empresarial de Timon que possuem uma localização significativa apresentaram uma variação positiva nos vínculos em relação ao ano anterior, sendo que a maior variação foi constatada no ano de 2018, com um aumento de 21,6% nos vínculos em relação ao ano de 2017.

No âmbito do Maranhão, os vínculos das subclasses do Parque Empresarial de Timon que apresentaram uma localização significativa, registraram um crescimento de 20,8% durante o período de 2010 a 2020. O total de vínculos dessas subclasses aumentou de 3.892 em 2010 para 4.701 em 2020. As subclasses do Parque Empresarial de Timon que apresentaram uma localização significativa aumentaram sua participação em relação às mesmas subclasses no Maranhão, sendo que no ano de 2010 estas subclasses localizadas na RGI de Timon representavam 3,8% das mesmas subclasses no Maranhão, e no ano de 2020 este percentual representou 5,6%.

Os dados apresentados ratificam a importância das subclasses das empresas do Parque Empresarial de Timon que apresentaram especialização produtiva no contexto da RGI de Timon, sobretudo na absorção de mão-de-obra. Essa ascendência tanto em termos absolutos quanto relativos reforçam a contribuição destas subclasses para o emprego e a dinâmica econômica do Maranhão ao longo período analisado.

4.3.2. Empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote

Além das cinco empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon, existem onze empresas que futuramente se instalarão no local, sendo duas que estão em processo de implantação e nove que solicitaram reserva de lote. As empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon pertencem a diferentes setores, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5. Classificação das empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (CNAE 2.0 – Seção)

Classificação (CNAE 2.0 – Seção)	Quantidade de empresas	%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4	36
Indústrias de transformação	2	18
Atividades administrativas e serviços complementares	1	9,2
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	9,2
Transporte, armazenagem e correio	1	9,2
Outras atividades de serviços	1	9,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1	9,2
Total	11	100

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

Conforme apresentado na Tabela 5, assim como ocorre com as empresas instaladas no parque, a maior parte das empresas que irão se instalar no Parque Empresarial de Timon (36%) pertencem ao setor de Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas. Como forma de avaliar a futura configuração do Parque Empresarial de Timon, realizou-se uma análise da classificação da estrutura produtiva do parque tendo como base a especialização produtiva das empresas que irão se instalar no local. Na Tabela 6, apresenta-se o QL das empresas que estão em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon, levando em consideração a RGI de Timon, tendo como base as subclasses das empresas (CNAE).

Tabela 6. Indicadores de especialização das empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon

Atividade (Subclasse - CNAE 2.0)	QL	Interpretação	%
Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	20,1	Localização significativa	18,2
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	10,7		
Comércio atacadista de alimentos para animais	0,9	Localização média	18,2
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	0,6		
Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	0,0	Localização fraca	63,6
Coleta de resíduos não-perigosos	0,0		
Lavanderias	0,0		
Serviços de engenharia	0,0		
Beneficiamento de arroz	0,0		
Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	0,0		
Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	0,0		
Total			100

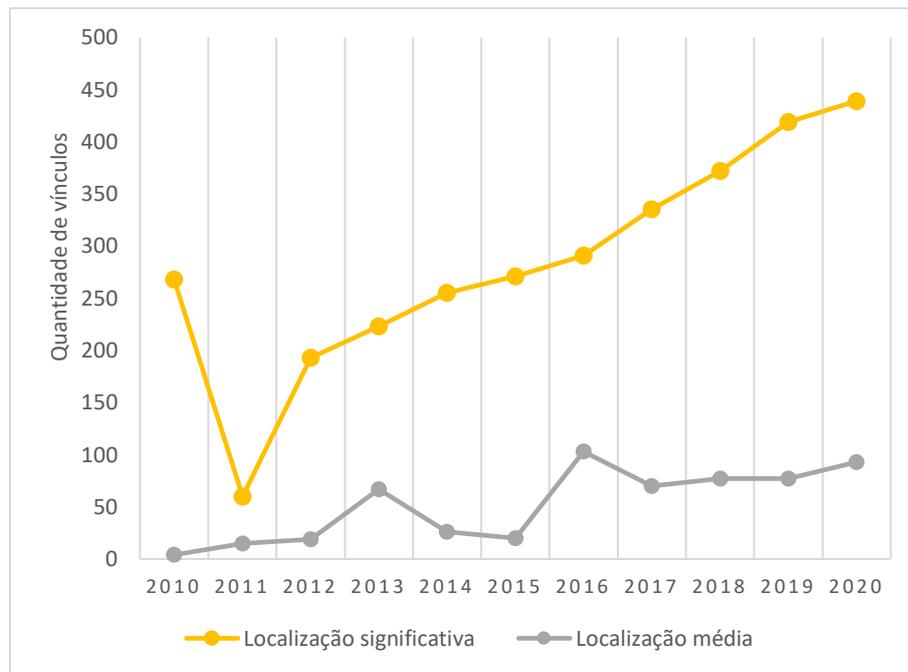
Legenda		Em implantação
		Solicitação de reserva de lote

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

Conforme mostram os dados da Tabela 6, das empresas a serem implantadas no Parque Empresarial de Timon, apenas 18,2% pertencem a subclasses que possuem especialização no contexto da RGI de Timon (Localização significativa). Destaca-se que são subclasses de elevado QL, sobretudo a subclasse de Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas que apresentou um QL de 20,1 mostrando-se uma subclasse de elevada especialização na RGI de Timon.

As empresas pertencentes a subclasses que apresentaram uma localização média, representam 18,2% das empresas com futura instalação no Parque Empresarial de Timon. As subclasses das empresas a serem implantadas no Parque Empresarial de Timon que apresentaram localização significativa obtiveram um considerável aumento nos vínculos empregatícios no período de 2010 a 2020, quando comparado com as subclasses que apresentaram uma localização média conforme demonstra a Figura 9.

Figura 9. Comparação da evolução dos vínculos das subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon e que apresentaram localização significativa e localização média (2010-2020)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS (2020).

Conforme apresentado na Figura 9, sobretudo a partir de 2012 as subclasses das empresas a serem instaladas no Parque Empresarial de Timon que possuem uma localização significativa apresentaram um considerável aumento nos vínculos, que passaram de 268 no ano de 2010 para 493 no ano de 2020. Estas subclasses também aumentaram sua participação em relação aos vínculos totais na RGI de Timon, passando de 1,5% em 2010 para 2,8% em 2020. As subclasses das empresas a serem instaladas no Parque Empresarial de Timon que possuem uma localização média também apresentaram aumento nos vínculos, que passaram de 4 no ano de 2010 para 93 no ano de 2020 e sua participação em relação aos vínculos totais na RGI de Timon, aumentaram de 0,02% no ano de 2010 para 0,60% no ano de 2020.

Conforme apresentado anteriormente, a maior parte das empresas que estão em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon (63,6%) pertencem a subclasses que apresentam um QL igual a zero representando uma localização fraca. O QL igual a zero indica que são subclasses que ainda não apresentam vínculos na RGI de Timon, o que justifica a ausência de mão-de-obra nestas subclasses. A inexistência de mão-de-obra das subclasses que apresentaram um QL igual a zero, indicam que os bens e serviços relacionados a estas subclasses ainda não são produzidos e ofertados na RGI de Timon, o que

indica que a região é importadora destes bens e serviços que futuramente serão ofertados com a implantação das empresas no Parque Empresarial de Timon.

A análise a seguir tem como objetivo evidenciar que as subclasses das empresas em fase de implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon, as quais apresentaram um QL igual a zero no âmbito da RGI de Timon, também se caracterizam por terem baixa influência na absorção de mão-de-obra no Maranhão. Conforme apresentado na Tabela 7, as subclasses nas quais as empresas do Parque Empresarial de Timon apresentaram um QL igual a zero são caracterizadas por uma quantidade limitada de vínculos empregatícios no Maranhão, sendo que as empresas pertencentes a estas subclasses se encontram restritas a poucos municípios maranhenses.

Tabela 7. Quantidade de municípios maranhenses e de vínculos empregatícios das subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon que apresentaram localização fraca

Classificação (CNAE 2.0 – Subclasse)	Quantidade de municípios	% em relação aos municípios do Maranhão	Quantidade de vínculos	% em relação aos vínculos do Maranhão
Serviços de engenharia	25	12,5	2.548	0,342
Coleta de resíduos não-perigosos	19	8,8	484	0,065
Beneficiamento de arroz	19	8,8	380	0,051
Lavanderias	11	5,1	343	0,046
Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	5	2,3	1774	0,238
Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	5	2,3	275	0,037
Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	1	0,5	24	0,003

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da RAIS (2020).

Dentre as subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon e que apresentaram um baixo QL, a subclasse de Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central, é a subclasse que possui vínculos na menor quantidade de municípios, possuindo vínculos empregatícios em apenas um município (Imperatriz). A subclasse de Serviços de engenharia possui a maior quantidade de vínculos por município, possuindo vínculos empregatícios em 25 municípios maranhenses.

Os vínculos empregatícios da subclasse de Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central, apresentou a menor quantidade de vínculos (24), representam apenas 0,003% dos vínculos totais do Maranhão. A subclasse de Serviços de

engenharia apresentou a maior quantidade de vínculos empregatícios (2.548) representando 0,342% dos vínculos totais do Maranhão. Os dados apresentados mostram que as subclasses das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon e que apresentaram um baixo QL são subclasses cujos produtos e serviços fornecidas pelas empresas pertencentes a estas subclasses se restringem a poucos municípios, sendo que os demais municípios necessitam importar os bens e serviços fornecidos pelas empresas que integram estas subclasses.

A análise realizada sobre a especialização das empresas instaladas e das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon aponta para situações distintas em relação à composição do parque no que se refere à especialização das subclasses das empresas. Na configuração atual do Parque Empresarial de Timon, a maior parte das empresas (80%) pertencem a subclasses na qual a RGI de Timon é especializada, representando subclasses de relevante importância na absorção de mão-de-obra regional.

Neste sentido, destaca-se a importância do Parque Empresarial de Timon no sentido de abrigar empresas pertencentes às subclasses que são especializadas no contexto da RGI de Timon, e que são importantes na absorção de empregos na região. Por outro lado, constata-se que 63,6% das empresas que se instalarão no Parque Empresarial de Timon pertencem a subclasses de localização fraca (QL=0), sem vínculos na RGI de Timon.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aglomerados de empresas são instrumentos que possuem forte potencial para a promoção do desenvolvimento regional através da geração de emprego e renda e da especialização produtiva em setores capazes de dinamizar a economia regional. O Parque Empresarial de Timon representa uma tentativa do poder público estadual e municipal em atrair empresas para a RGI de Timon através da oferta de infraestrutura e de incentivos fiscais para as empresas.

Constatou-se através da análise do QL que a maior parte das empresas instaladas (80%) no Parque Empresarial de Timon pertencem a subclasses que possuem uma localização significativa ($QL > 1$), sendo subclasses na qual a RGI de Timon é especializada. Um total de 20% das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon possui uma localização média ($0,50 \leq QL \leq 0,99$), sendo que das empresas instaladas, nenhuma apresentou uma localização fraca ($QL \leq 0,49$). Constatou-se dessa forma, um importante efeito do Parque Empresarial de Timon no sentido de contribuir para o fortalecimento de setores que são especializados no contexto da RGI de Timon, e que apresentam grande importância regional, levando em consideração a geração de empregos.

A análise realizada neste estudo, apontou que estas subclasses que possuem uma localização significativa, apresentaram uma considerável evolução nos vínculos empregatícios na RGI de Timon (80,2%) no período de 2010 a 2020. Neste período, as subclasses que possuem uma localização significativa, aumentaram seu percentual nos vínculos totais da RGI de Timon de 0,86% para 1,71%, o que ratifica sua importância na absorção de mão-de-obra regional.

Constatou-se ainda que um total de duas empresas estão em processo de instalação e nove empresas solicitarão reserva de lote no Parque Empresarial de Timon, sendo que a implantação destas empresas representará um aumento de 220% em relação às empresas instaladas no parque. A análise do QL das empresas em implantação e com solicitação de reserva de lote no Parque Empresarial de Timon demonstrou que a maior parte das empresas instaladas (63,6%) pertencem a subclasses que não possuem vínculos empregatícios na RGI de Timon ($QL = 0,0$). Estas subclasses não possuem relevância no contexto da RGI de Timon, e apresentam pouca relevância econômica no contexto estadual, estando restritas a poucos municípios maranhenses e apresentando uma baixa de quantidade de vínculos no Maranhão.

Embora o Parque Empresarial de Timon possua um considerável potencial para contribuir para o desenvolvimento regional, levando em consideração a capacidade do parque em receber 111 empresas, o que representa um aumento de 0,87 % na quantidade de empresas

da RGI de Timon, contribuindo diretamente para a geração de emprego e renda, a pequena quantidade de empresas instaladas limita a capacidade do parque em relação ao desenvolvimento regional.

Constatou-se, entretanto que o Parque Empresarial de Timon, inaugurado no ano de 2014, ainda apresenta uma baixa quantidade de empresas instaladas, que ocupam apenas 4% da capacidade total do parque. Mesmo com a futura implantação das empresas que se encontram em instalação e com reserva de lote, o Parque Empresarial de Timon ainda contará com uma ocupação de apenas 14% de sua capacidade total.

A constatação da baixa quantidade de empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon apresentada neste estudo, pode ser objeto de futuras pesquisas que objetivem identificar os fatores responsáveis pela baixa quantidade de empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon. A baixa ocupação do parque pelas empresas afeta diretamente um dos principais problemas da RGI de Timon que é o desemprego. A hipótese que apresentamos é que a baixa ocupação do Parque Empresarial de Timon mostra que o planejamento induzido pelo poder público e a adoção de políticas de incentivos fiscais ainda não foram suficientes para atrair um número considerável de empresas para o parque.

Diante das considerações apresentadas, é possível concluir que, embora 80% das empresas instaladas no Parque Empresarial de Timon estejam vinculadas a subclasses nas quais a RGI de Timon possui especialização, a limitada representatividade de empresas instaladas (4%) restringe significativamente os efeitos do parque no fomento ao desenvolvimento regional, sobretudo no que se refere a geração de emprego e renda. Nesse contexto, compete aos pesquisadores analisar os entraves que impedem a atração de empresas para o Parque Empresarial de Timon e ao poder público estadual e municipal priorizar a atração de empresas para o Parque Empresarial de Timon que estejam vinculadas às subclasses em que a RGI de Timon possui especialização.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. **Glossário de termos neológicos da economia**. São Paulo: USP, 2001.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: (Org.) PIACENTI, C. A.; LIMA, J. **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba: Camões. 2012.
- BECATTINI, G. *The Marshallian industrial district as a socio-economic notion*. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Org). **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: ILO Publications, 1990.
- BRANDENBURGER, A.; NALEBUFF, B. *Co-Opetition: A Revolution Mindset That Combines Competition and Cooperation*. **Harvard business Press**, Cambridge, 1996.
- BRASIL. **Mapa de Empresas - 2021. Boletim 3º quadrimestre de 2020**.
- CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.
- COSTA NETO, J. V. **Contabilidade Tributária I**. Salvador: UFBA, 2019.
- COSTA, R. M. Razões e vantagens da aglomeração de empresas no território. In: CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. (Org.). **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais**. Porto Alegre: FEE, 2014.
- COSTA, V. M. H. M.; CHIQUITO, A. R. A implantação de distritos industriais como estratégia de desenvolvimento econômico local. *I World Congress on Systems Engineering and Information Technology*. Porto, Portugal, p. 278-283, 2013.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Introdução a contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- DAMAS, E. T. **Distritos Industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense - UFF, 2008.
- DEL CORSO, J. M. *et al.* Cooperação estratégica em pequenas e médias empresas: um modelo de gestão. **INTERFACE**, v.11, n.1, 2014.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade no Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DUARTE, V. N. **Diversificação produtiva e desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

ERICEIRA, J. B. **A Empresa de economia mista e o desenvolvimento no Maranhão**. v. 4, 1ª edição da Biblioteca Básica Maranhense. São Luís: Ed. Engenho, 2017.

EUGENIO, A. H., *et al.* Empresas: breve contextualização histórica e tipologia. **Revista Científica FacMais**, v. X, n. 3, p. 44-62, 2017.

FINATTI, R. Condomínios empresariais em áreas metropolitanas do estado de São Paulo: uma nova estratégia imobiliária. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, Edição Especial, pp. 11 - 28, 2009.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. **O ambiente regional**. (Três décadas de economia gaúcha). v.1, p. 160-192, 2010.

GUIMARÃES, *et al.* Micro, pequenas e médias empresas: conceitos e estatísticas. **Radar**, n. 55, p. 21-26, 2018.

HADDAD, P. R. Padrões Regionais de crescimento do emprego industrial de 1950 a 1970. **Revista Brasileira de Geografia**. ano 39, n. 1, p. 3-164, 1977.

HILDEBRAND, G. H.; MACE, A. *The employment multiplier in an expanding industrial market: Los Angeles County, 1940-47*. **The Review of Economics and Statistics**, p. 241-249, 1950.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JUCEMA. **Anuário Estatístico da Jucema 2020**. São Luís: JUCEMA, 2021.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEITE, R. S.; LOPES, H. E. G.; SILVA, S. A. D. Benefícios percebidos, cooperação e competição: uma análise dos relacionamentos no arranjo produtivo calçadista de nova serrana. In: **XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XII, n. 21, p. 5-19, 2010.

LIMA, A. E. M. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**, Ano 24, n. 45, p. 65-90, 2006.

LIMA, E. C.; OLIVEIRA NETO, C. R. Análise do desenvolvimento territorial: a contribuição da experiência italiana. **Interações**, v. 20, n. 1, p. 51-61, 2019.

LIMA, J. F. *et al.* Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**, ano 24, n. 46, p. 7-26, 2006.

MARANHÃO. **Mensagem da Governadora Roseana Sarney Murad à Assembleia Legislativa**. São Luís, 2014.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia: Tratado Introdutório**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MENDES, A. A. Quando o espaço determina as indústrias e as empresas: condomínios industriais e empresariais em Campinas-SP. **Geosul**, v. 30, n. 60, p. 191-206, 2015.

MONASTERIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ, B. O. *et al.* (Org). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OBSERVATÓRIO APL. Disponível:<<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl>>. Acesso: 8 nov. 2022.

OLIVEIRA, L. E. G. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 38 n° 4, p. 3-180, 1976.

OTTATI, A. M. A. A. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PAGANI, R. N.; RESENDE, L. M. Tipologias de aglomerações produtivas de empresas: um estudo de caso. **Revista Gestão Industrial**, v. 03, n. 01, p. 135-152, 2007.

PAIVA, C. A.; JANNUZZI, P. M. Indicadores Socioeconômicos e Análise Regional: Fundamentos da Centralidade do Quociente Locacional. **Informe GEPEC**, v. 26, n.2, p.378-399, 2022.

PEREIRA, H.; COELHO, M. M. M. S. S. Parques Industriais e Tecnológicos - Certificação dos parques empresariais para melhorar a gestão. **Economia & Empresa**, n. 13, p. 145-166, 2011.

PERROUX, F. *Note sur la notion de Pôle de Croissance*. **Économie Appliquée**, v. 7, p. 307-320, 1955.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PORTER, M. *Clusters and the new economics of competition*. Harvard Business Review, Cambridge, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.

_____. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1999.

PRADO, A. P. **Estudo da Concentração Empresarial em São José dos Campos: Um Enfoque no Desenvolvimento Regional**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade de Taubaté, 2006.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. *Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy*. **International Institute for Labour Studies**, Geneva, 1990.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - 2020 (RAIS Vínculos). Disponível:<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso: 12 jan. 2023.

RIBEIRO, L. A. M. Questões regionais e do Brasil. In: RUA, J. *et al* (Org.). **Para ensinar geografia**. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

RIBEIRO, R. P., *et al*. Custos e economias de escala em um jogo de empresas. **RACE, Unoesc**, v. 13, n. 2, p. 663-690, 2014.

RODRIGUES, C. G.; SIMÕES, R. Aglomerados industriais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise multivariada para Minas Gerais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 203-232, 2004.

RODRIGUES, L. F. **Fundamentos de Economia**. Cuiabá: UFMT, 2012.

ROSENSTEIN-RODAN, P. *Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*. *Economic Journal*, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, 1943.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTANA, M. B.; SOUZA, R. K. S. Aglomerações de Empresas: Percepções Teóricas sobre o Desenvolvimento de Regiões. **Revista de Administração IMED**, vol. 11, n. 2, p. 132-152, 2021.

SCHUMPETER, J. *The Theory of Economic Development*. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts, 1934.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira**. Brasília: UGE/Sebrae, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SEINC. Disponível:<<https://seinc.ma.gov.br>>. Acesso: jun. 2021.

SILVA, A. C.; LIMA, J. F. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, v. 15, p 133 – 149, 2014.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise econômica**, n. 11, p. 29-59, 1993.

_____. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

SPEROTTO, F. Q. Externalidades, ganhos de escala e de escopo. *In*: CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. (Org.). **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais**. Porto Alegre: FEE, 2014.

SUZIGAN, W. *et al.* Aglomerações industriais no estado de São Paulo. São Paulo: **Revista de Economia Aplicada**, v. 5, n. 4, p. 695 – 717, 2001

TEXEIRA, M. D. J.; FIGUEIREDO, A. M. R. Análise intersetorial e espacial dos setores da cadeia produtiva da madeira e móveis na economia de Mato Grosso. *In*: **53º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia**, João Pessoa, 2015.

TIZZIOTTI, C. P. P.; TRUZZI, O. M. S.; BARBOSA, A. S. Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, p. 1-14, 2019.